



## 1. Acompanhamento da Receita Orçamentária

### 1.1 Comparativo - Arrecadação Federal, Estadual e Municipal

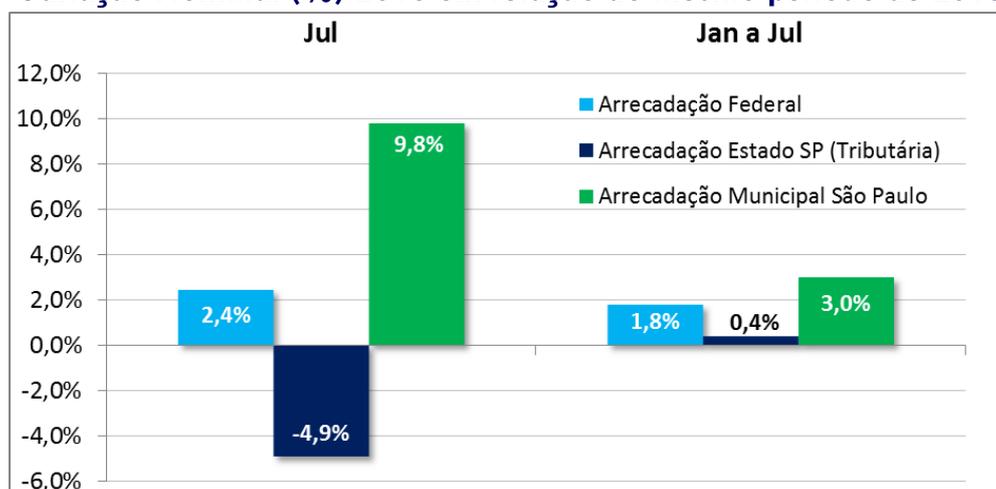
A receita arrecadada de janeiro a julho/2016 pela Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP (administração direta) foi de R\$ 26,5 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 3,0% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015.

Descontando a taxa de inflação acumulada nos últimos doze meses (de 8,74%, segundo o IPCA/IBGE) houve uma queda da arrecadação de 5,3% em termos reais. Considerando apenas o mês de julho, houve um crescimento nominal de 9,8% e, real de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2015.

O Gráfico 1.1 compara as variações percentuais da arrecadação federal, estadual e do município (administração direta - PMSP) em julho/2016 e no período de janeiro a julho/2016 em relação ao mesmo período de 2015.

Seção	Pág
<b>1. Acompanhamento da Receita Orçamentária</b>	<b>1</b>
1.1 Comparativo - Arrecadação Federal, Estadual e Municipal	1
1.2 Arrecadação Municipal - Janeiro a Julho	2
1.3 Arrecadação Municipal - Mês de Julho	6
<b>2. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP</b>	<b>8</b>
2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Julho	8
2.2 Créditos Adicionais Suplementares	16
<b>3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP</b>	<b>17</b>
<b>4. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo - Part 2</b>	<b>18</b>

**Gráfico 1.1 - Arrecadação Federal, Estadual e Municipal de SP (PMSP) Variação Nominal (%) 2016 em relação ao mesmo período de 2015**



Fonte: Arrecadação Estadual - [http://www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2016/julho/download/tab12\\_jul%C3%A7o16.xls](http://www.fazenda.sp.gov.br/relatorio/2016/julho/download/tab12_jul%C3%A7o16.xls)

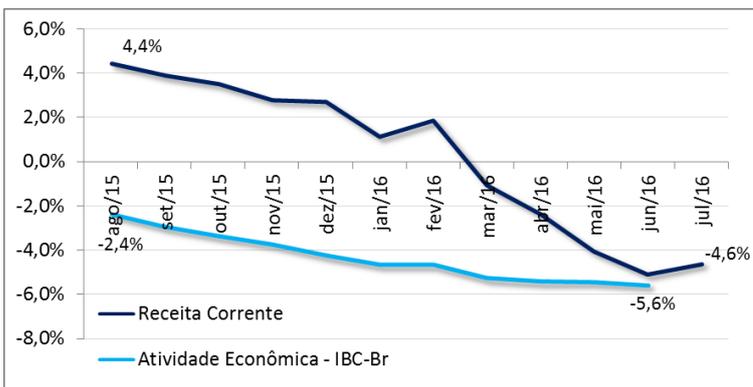
Arrecadação Federal - Receita Federal <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

### 1.2 Arrecadação - Janeiro a Julho

No acumulado dos últimos 12 meses (ago/15 a jul/16), as receitas correntes da Prefeitura apresentaram queda real de 4,6% em relação aos 12 meses anteriores (ago/14 a jul/15). As sucessivas quedas reais da arrecadação mensal são reflexo não só da redução da atividade econômica, como também da não repetição em 2016 de receitas extraordinárias arrecadadas ao longo de 2015. Dessa forma, a queda da arrecadação tem sido mais intensa do que a queda da atividade econômica.

O Gráfico 1.2 ilustra a variação real acumulada em 12 meses da arrecadação das receitas correntes da PMSP e da atividade econômica nacional, medida pelo índice IBC-Br do Banco Central do Brasil.

**Gráfico 1.2 - Receitas Correntes e Atividade Econômica Nacional - Var. % real acumulada em 12 meses**



Nota: Afim de não distorcer a comparação, a receita extraordinária de depósitos judiciais no valor de R\$ 1,7 bilhão foi descontada do mês de dezembro/2015

Fonte: Banco Central (IBC - Br) e SOF (Receita Corrente)

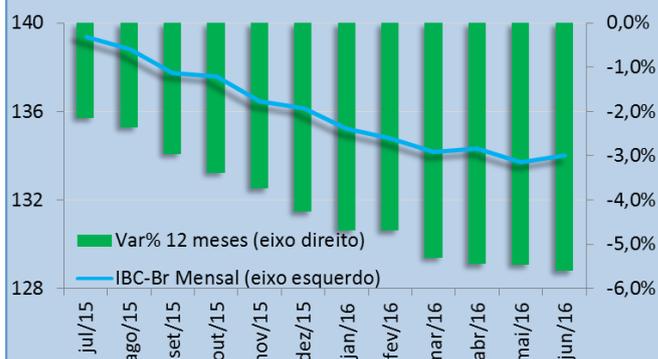
Conforme o Box 1.1 (ao lado), houve uma leve melhora das perspectivas econômicas. Em agosto/2016, observou-se uma discreta melhora das expectativas quanto a evolução da atividade econômica para 2016 e 2017.

### Box 1.1 - Atividade Econômica

A atividade econômica brasileira, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br, apresentou, no mês de junho/2016, crescimento de 0,23% em relação ao mês anterior (dados dessazonalizados). O resultado sucede a queda de 0,45% observada em maio/2016. O Gráfico 1.3 ilustra a evolução mensal do índice nos últimos 12 meses.

Com o resultado, o índice acumulado nos últimos 12 meses (jul/15 a jun/16) caiu para -5,60% em relação aos 12 meses anteriores (jul/14 a jun/15).

**Gráfico 1.3 - IBC-Br – Evolução Mensal e Var. % acumulada em 12 meses - dados dessazonalizados**



Fonte: IBC - Br - Banco Central  
Receita Corrente - SOF

Acompanhando a recuperação da atividade econômica, as expectativas de mercado quanto ao crescimento do PIB em 2016 subiram, em agosto, de -3,25% (em 22/junho) para -3,16% (em 26 de agosto), segundo o Relatório Focus / Banco Central, que apresenta projeções dos principais indicadores econômicos estimados pelas instituições financeiras (Gráfico 1.4). Para 2017, a melhora foi de 1,10% para 1,23%.

**Gráfico 1.4 - Expectativa de Crescimento - PIB 2016 e 2017**



Fonte: Relatório FOCUS/BCB

Conforme a Tabela 1.1 mostra, as receitas correntes arrecadadas de janeiro a julho/2016 foram de R\$ 25,8 bilhões, o que representa uma queda real de 5,9% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2015. Somando as receitas de capital, a arrecadação da Prefeitura - PMSP foi de R\$ 26,5 bilhões, queda real de 5,3%. A receita da PMSP de janeiro a julho correspondeu a 52,6% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 60,9% do orçado, as receitas de capital alcançaram apenas 8,5% do valor orçado para o ano. Consolidando com a administração indireta (autarquias e fundações municipais), a arrecadação foi de R\$ 28,5 bilhões, representando uma queda real de 4,9% frente ao mesmo período de 2015.

**Tabela 1.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$**

(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 26/08/2016)

	<b>Orçado 2016 (I)</b>	<b>Jan-Jul 2015 (II)</b>	<b>Jan-Jul 2016 (III)</b>	<b>Var.Nom% (III / II)</b>	<b>Var. Real%</b>	<b>%Orç. (III / I)</b>
Rec. Correntes	44.682.042.743	26.559.465.380	27.184.448.165	2,4%	-5,9%	60,8%
IPTU	7.382.011.212	4.506.222.316	5.217.583.434	15,8%	6,5%	70,7%
ITBI	1.935.656.063	1.023.378.672	896.718.939	-12,4%	-19,4%	46,3%
ISS	12.095.211.808	6.553.682.547	6.963.799.706	6,3%	-2,3%	57,6%
Cota Parte ICMS <sup>1</sup>	7.264.380.369	3.900.415.687	3.844.898.164	-1,4%	-9,3%	52,9%
Cota Parte IPVA	2.501.199.996	1.983.723.572	2.087.281.949	5,2%	-3,2%	83,5%
IR	1.762.371.501	876.031.951	1.012.591.287	15,6%	6,3%	57,5%
FUNDEB	3.678.103.466	1.986.593.578	2.068.463.554	4,1%	-4,2%	56,2%
SUS	1.883.947.012	937.630.048	947.999.982	1,1%	-7,0%	50,3%
FPM	271.955.580	148.181.144	143.823.823	-2,9%	-10,7%	52,9%
Multas de Trânsito	1.057.355.322	500.296.056	756.736.963	51,3%	39,1%	71,6%
Demais Rec. Correntes	4.849.850.414	4.143.309.811	3.244.550.363	-21,7%	-28,0%	66,9%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(2.220.201.853)	(1.302.538.759)	(1.344.177.331)	3,2%	-5,1%	60,5%
<b>Rec. Correntes menos Deduções (A)</b>	<b>42.461.840.890</b>	<b>25.256.926.622</b>	<b>25.840.270.834</b>	<b>2,3%</b>	<b>-5,9%</b>	<b>60,9%</b>
<b>Rec. Capital (B)</b>	<b>7.825.329.472</b>	479.457.615	664.121.878	38,5%	27,4%	8,5%
<i>Transf. União</i>	3.307.845.439	115.539.443	210.257.520	82,0%	67,4%	6,4%
<i>Transf. Estado</i>	542.666.199	176.883.142	185.030.780	4,6%	-3,8%	34,1%
<b>Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)</b>	<b>89.933.210</b>	-	-			<b>0,0%</b>
<b>Total PMSP (D=A+B+C)</b>	<b>50.377.103.572</b>	<b>25.736.384.237</b>	<b>26.504.392.712</b>	<b>3,0%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>52,6%</b>
Adm. Indireta (E)	4.030.196.775	1.792.232.886	1.975.767.916	10,2%	1,4%	49,0%
<b>Consolidado (D+E)</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>27.528.617.123</b>	<b>28.480.160.628</b>	<b>3,5%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>52,3%</b>

(1) Inclui valores do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e do Programa Especial de Pagamento - PEP

Como já mencionado, a significativa queda real de 4,9% da arrecadação acumulada até julho está relacionada à redução da atividade econômica e, também, a não repetição em 2016 de receitas extraordinárias realizadas em 2015.

De janeiro a julho de 2015, por exemplo, ocorreram ingressos extraordinários de: R\$ 279,0 milhões referentes à contabilização de valores mobiliários da Operação Urbana Água Espreada; R\$ 646,7 milhões (R\$ 77,3 milhões por mês) oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal e R\$ 1,5 bilhão relativos ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI (em 2016, arrecadação com PPI foi de R\$ 307,6 milhões).

Com relação à arrecadação de ITBI, a retração do mercado imobiliário (ver Box 1.2 ao lado) tem contribuído para a queda real de 19,4% de janeiro a julho de 2016 comparativamente ao mesmo período de 2015.

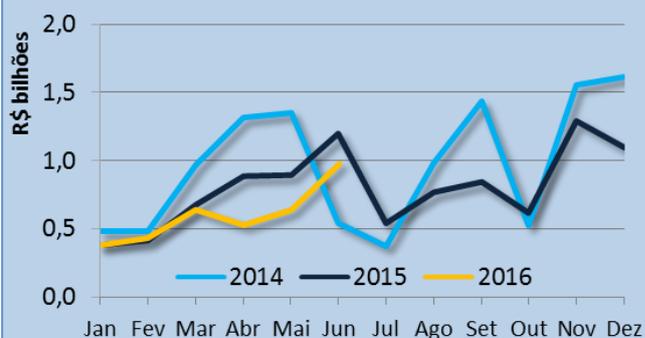
Com relação ao principal item da receita municipal, o ISS, a arrecadação desse tributo tem acompanhado o comportamento do setor de serviços (ver Box 1.3 ao lado).

Até julho/2016, a arrecadação de ISS apresentou queda real de 2,3% comparativamente ao mesmo período de 2015.

### Box 1.2 - Mercado Imobiliário

Segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.5) em junho/2016 atingiu R\$ 984,5 milhões, o que representa uma queda nominal de 18,0%, considerando o valor do mesmo mês de 2015.

Com o resultado do mês, de janeiro a junho o VGV registrou queda nominal de 17,9% em relação ao mesmo período de 2015.



Fonte: Secovi

### Box 1.3 - Setor de Serviços

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou que o volume de serviços prestados no Estado de São Paulo, em junho/2016, caiu 0,3% em relação a maio/2016. Em maio/2016, o índice havia ficado estável (dados revisados) em relação a março/2016.

No acumulado do ano (jan/16 a jun/16), o volume de serviços prestados registrou contração de 5,1% em comparação com o mesmo período de 2015.

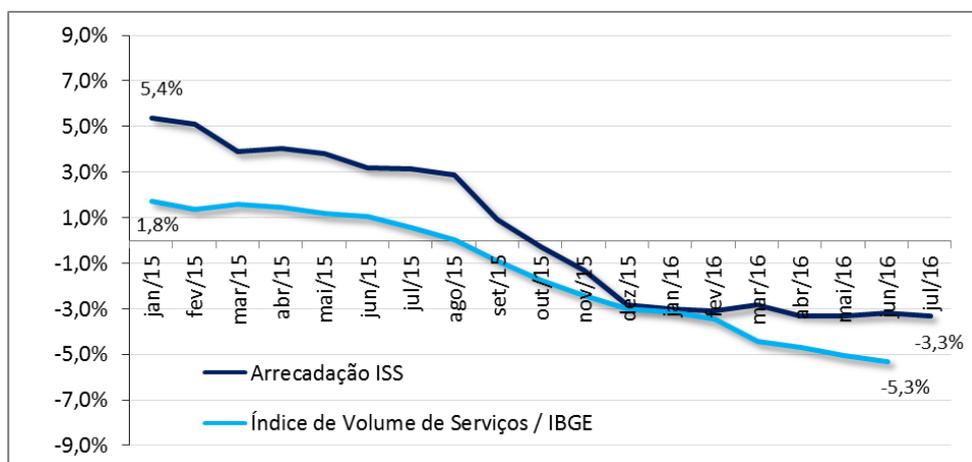
### Gráfico 1.6 - Índice de Volume de Serviços Prestados - Estado de SP



Fonte: IBGE

No mês de julho, a arrecadação de ISS registrou queda real de 3,4% comparativamente ao mesmo mês de 2015. O Gráfico 1.7 mostra a evolução conjunta da variação da arrecadação de ISS (atualizada pelo índice de preços - IPCA/IBGE) e do índice do volume de serviços prestados no

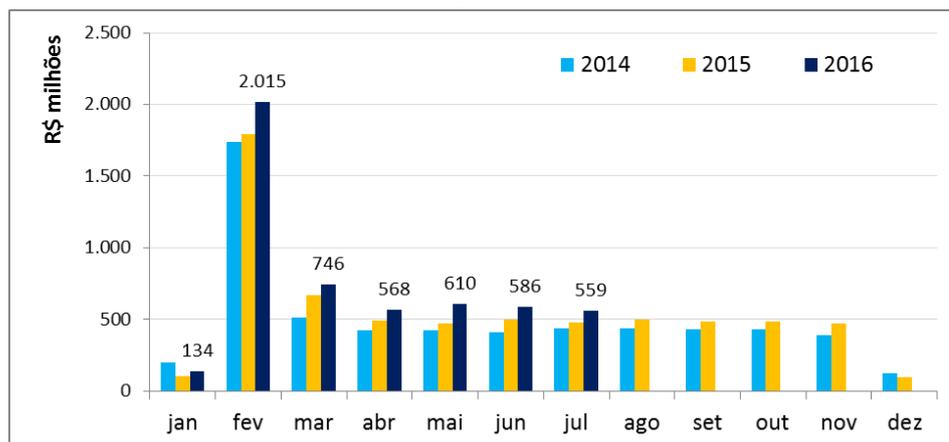
**Gráfico 1.7 - ISS e Volume de Serviços - Variação % acumulada em 12 meses**



Fonte: Índice de Volume de Serviços - PMS/IBGE

Arrecadação de ISS - SOF. Nota: A arrecadação de ISS foi atualizado pelo IPCA

**Gráfico 1.8 - IPTU - Arrecadação Mensal - 2014, 2015 e 2016 Em R\$ milhões**



Fonte: SOF

Estado de São Paulo (PMS/IBGE) acumulados em 12 meses. Nos últimos 12 meses (ago/15 a jul/16), a arrecadação de ISS registrou queda real de 3,3%. De jul/15 a jun/16, o índice de serviços acumulou queda de 5,3%.

Entre os tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU tem sido o único a registrar crescimento real (6,5% até julho). O desempenho ainda reflete os efeitos da Lei Municipal nº 15.889/2013, que atualizou os valores unitários de metro quadrado de construção e terreno. Apesar de ter sido sancionada em 2013, os seus efeitos repercutem sobre a

arrecadação de IPTU dos exercícios seguintes, uma vez que a própria lei estabeleceu um limite de aumento anual de 10% para imóveis residenciais e de 15% para os demais casos. O Gráfico 1.8 ilustra a evolução mensal da arrecadação de IPTU comparativamente aos anos de 2014 e 2015.

### 1.3 Arrecadação - Mês de Julho

A Tabela 1.2 mostra o detalhamento do valor arrecadado no mês de julho/2016 comparativamente a julho/2015. A receita arrecadada pela Prefeitura foi de R\$ 3,5 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 9,8% em relação a julho/2015 (Tabela 1.2). As receitas correntes cresceram, nominalmente, 7,2% e as receitas de capital, 202,5%.

Da mesma forma que nos meses anteriores, destaca-se, em julho, o crescimento da arrecadação de IPTU, de 16,9%, e de multas de trânsito, de 44,4% em relação a julho/2015.

**Tabela 1.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$**

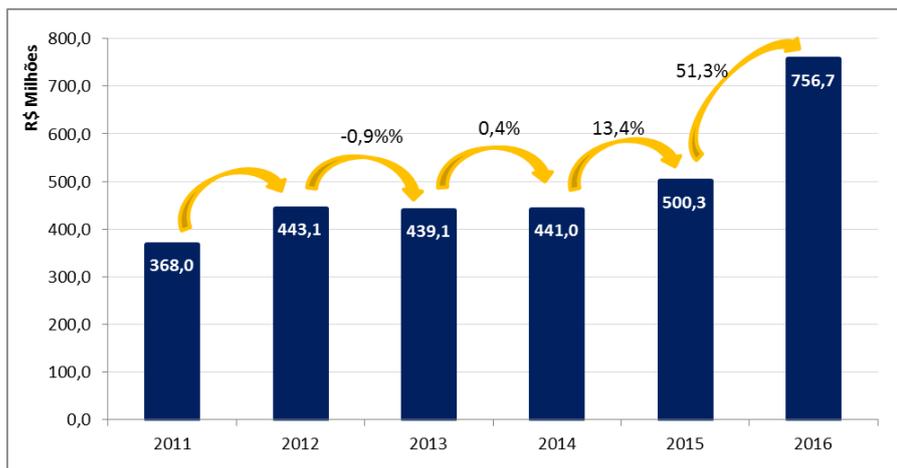
(Fonte: SOF/SF e Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br> - posição em 26/08/2016)

	Jul 2015 (I)	Jul 2016 (II)	Var.Nom% (II / I)	Var. Real%
Rec. Correntes	3.258.136.428	3.497.730.891	7,4%	-1,3%
IPTU	477.965.872	558.680.298	16,9%	7,5%
ITBI	125.756.164	140.365.103	11,6%	2,6%
ISS	955.925.803	1.003.626.661	5,0%	-3,4%
Cota Parte ICMS	488.749.076	545.297.379	11,6%	2,6%
Cota Parte IPVA	74.345.081	73.200.114	-1,5%	-9,5%
IR	133.193.088	154.313.637	15,9%	6,5%
FUNDEB	223.784.942	257.131.310	14,9%	5,7%
SUS	135.888.644	144.167.377	6,1%	-2,4%
FPM	18.079.703	15.158.456	-16,2%	-22,9%
Multas de Trânsito	82.344.567	118.872.523	44,4%	32,8%
Demais Rec. Correntes	542.103.489	486.918.033	-10,2%	-17,4%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(130.290.350)	(145.710.345)	11,8%	2,8%
<b>Rec. Correntes menos Deduções (A)</b>	<b>3.127.846.078</b>	<b>3.352.020.545</b>	<b>7,2%</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Rec. Capital (B)</b>	<b>42.189.550</b>	<b>127.620.434</b>	<b>202,5%</b>	<b>178,2%</b>
<i>Transf. União</i>	3.419.659	42.929.488	1155,4%	1054,5%
<i>Transf. Estado</i>	1.552.257	1.486.114	-4,3%	0,0%
<b>Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C)</b>	-	-	-	-
<b>Total PMSP (D=A+B+C)</b>	<b>3.170.035.628</b>	<b>3.479.640.980</b>	<b>9,8%</b>	<b>0,9%</b>
Adm. Indireta (E)	256.814.328	349.216.852	36,0%	25,1%
<b>Consolidado (D+E)</b>	<b>3.426.849.957</b>	<b>3.828.857.832</b>	<b>11,7%</b>	<b>2,8%</b>

No período, não houve elevação do valor das multas de trânsito, portanto o crescimento do valor arrecadado é resultado do aumento das penalidades aplicadas.

O comportamento da arrecadação de multas de trânsito, em 2016 (até julho), mostra-se, historicamente, alto (Gráfico 1.9). De 2011 a 2015, o crescimento médio registrado de

**Gráfico 1.9 - Arrecadação de Multas - Jan a Jul - 2011 a 2016 em R\$ milhões**



Fonte: SOF/SF

janeiro a julho foi de 8,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2016, o percentual é de 51,3%.

## 2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

### 2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Julho

A despesa liquidada até julho de 2016 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 19,6 bilhões, representando um aumento nominal de 10,6% frente ao mesmo período do exercício anterior. No consolidado da administração direta e indireta, a despesa liquidada totalizou R\$ 26,1 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 11,1% em relação a 2015.

**Tabela 2.1 - Comparativo da Despesa Acumulada**

(Fonte: SOF, posição 29/08/2016)

	Orçado		Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	2015	2016	Jan-Jul/2015	Jan-Jul/2016		
<b>Despesas Correntes (I)</b>	<b>30.431.030.461</b>	<b>32.263.260.219</b>	<b>15.276.101.590</b>	<b>17.295.007.572</b>	<b>13,2%</b>	<b>4,1%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10.638.875.576	11.859.693.700	5.715.627.285	6.460.668.859	13,0%	3,9%
Juros e Encargos da Dívida	2.544.715.699	1.346.341.499	1.089.218.420	644.915.212	-40,8%	-45,5%
Outras Despesas Correntes	17.247.439.186	19.057.225.020	8.471.255.884	10.189.423.501	20,3%	10,6%
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>10.297.768.539</b>	<b>9.703.331.670</b>	<b>2.464.364.891</b>	<b>2.322.212.241</b>	<b>-5,8%</b>	<b>-13,3%</b>
Investimentos	8.502.661.871	7.755.153.354	1.404.736.013	1.124.482.866	-20,0%	-26,4%
Inversões Financeiras	4.374.547	18.411.000	87.570.146	7.171.178	-91,8%	-92,5%
Amortização da Dívida	1.790.732.121	1.929.767.316	972.058.733	1.190.558.197	22,5%	12,6%
Reserva de Contingência (III)	1.000	1.502	0	0		
<b>Total PMSP (A = I + II + III)</b>	<b>40.728.800.000</b>	<b>41.966.593.391</b>	<b>17.740.466.481</b>	<b>19.617.219.813</b>	<b>10,6%</b>	<b>1,7%</b>
<b>CMSP + TCMSP (B)</b>	<b>824.770.000</b>	<b>815.738.000</b>	<b>350.356.966</b>	<b>378.456.372</b>	<b>8,0%</b>	<b>-0,7%</b>
<b>Adm. Indireta (C)</b>	<b>9.839.993.121</b>	<b>11.624.968.956</b>	<b>5.375.645.530</b>	<b>6.068.607.802</b>	<b>12,9%</b>	<b>3,8%</b>
<b>Consolidado (A+B+C)</b>	<b>51.393.563.121</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>23.466.468.977</b>	<b>26.064.283.987</b>	<b>11,1%</b>	<b>2,1%</b>

A queda em “Juros e Encargos da Dívida” e o aumento em “Amortização da Dívida” (Tabela 2.1) são consequências da renegociação da dívida do Município com a União, amparada pela Lei Complementar 148/2014 e formalizada com a assinatura, em 26/02/2016, de aditivo contratual que reduziu o saldo devedor de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões. Além da redução do saldo devedor, foram alteradas as condições de pagamento dos encargos da dívida. Em vez do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) acrescido de juros de 9% ao ano, a dívida passou a ser corrigida pelo IPCA acrescido de juros de 4% ao ano, limitados à variação da taxa SELIC.

Destaca-se o crescimento de 20,3% do valor das despesas do grupo “Outras Despesas Correntes”. A Tabela 2.2 apresenta as 10 maiores (em valor) ações desse grupo, que representam 69% do valor total de “Outras Despesas Correntes”.

**Tabela 2.2 - 10 maiores ações de Outras Despesas Correntes - PMSP**

(Fonte: SOF, posição 29/08/2016)

<b>Cód.</b>	<b>Ação</b>	<b>Liquidado Jan-Jul/2016</b>	<b>Part. % no Grupo</b>
4125	Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia	1.803.980.783	18%
4701	Compensações tarifárias do sistema de ônibus	1.359.200.000	13%
2825	Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	911.303.077	9%
4103	Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	645.091.748	6%
2822	Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Ensino	498.735.145	5%
4113	Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	441.978.766	4%
2100	Administração da Unidade	441.560.255	4%
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	417.464.958	4%
4912	Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	269.386.870	3%
6206	Operação e manutenção dos Espaços de convivência e fortalecimento de vínculos - crianças, adolescentes, jovens e idosos	226.404.881	2%
<b>Total 10 maiores</b>		<b>7.015.106.483</b>	<b>69%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>10.189.423.501</b>	<b>100%</b>

Entre as maiores ações do grupo “Outras Despesas Correntes” da Administração Direta (PMSP), destacam-se as ações de “Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia”, com total liquidado de R\$ 1,8 bilhão, “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, com R\$ 1,4 bilhões, e “Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias”, com R\$ 911,3 milhões.

Em relação ao grupo “Investimentos”, com total liquidado até julho de R\$ 1,1 bilhão, destacam-se as despesas com “Condenações Judiciais - Outras Espécies”<sup>(3)</sup> (R\$ 170,5 milhões), Intervenções no Sistema Viário (R\$ 149,5 milhões) e “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos” (R\$ 118,5 milhões).

**Tabela 2.3 - Investimentos - PMSP**

(Fonte: SOF, posição 29/08/2016)

<b>Cód.</b>	<b>Ação</b>	<b>Liquidado Jan-Jul/2016</b>	<b>Part. % no Grupo</b>
0035	Condenações Judiciais - Outras Espécies	170.492.230	15%
5100	Intervenções no Sistema Viário	149.466.772	13%
5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de	118.535.672	11%
3357	Urbanização de Favelas	97.630.094	9%
1060	Construção de Habitação de Interesse Social	60.534.383	5%
1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parelheiros	53.423.605	5%
5607	Eficientização da Rede de Iluminação Pública	47.977.443	4%
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	47.474.273	4%
1137	Pavimentação e Recapeamento de Vias	41.615.513	4%
3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	33.015.270	3%
<b>Total 10 maiores</b>		<b>820.165.255</b>	<b>73%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>1.124.482.866</b>	<b>100%</b>

(3) Condenações Judiciais - Outras Espécies referem-se aos pagamentos de precatórios que não são de natureza alimentar, ou seja, não são decorrentes de ações judiciais referentes a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez. São decorrentes das demais ações, como referentes a desapropriações e tributos.

Considerando apenas o mês de julho, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 3,2 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 11,3% em relação ao mesmo mês de 2015 (Tabela 2.4). Em termos reais, houve aumento de 2,3%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 4,3 bilhões, alta de 12,9% em comparação ao mês de julho/2015.

**Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Mensal**

(Fonte: SOF, posição 29/08/2016)

	Liquidado		Var. % Liq.	Var. Real% Liq.
	Jul/2015	Jul/2016		
<b>Despesas Correntes (I)</b>	<b>2.420.952.911</b>	<b>2.710.299.924</b>	<b>12,0%</b>	<b>3,0%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	827.692.975	1.015.876.727	22,7%	12,9%
Juros e Encargos da Dívida	102.293.103	105.906.602	3,5%	-4,8%
Outras Despesas Correntes	1.490.966.833	1.588.516.595	6,5%	-2,0%
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>465.501.339</b>	<b>501.287.704</b>	<b>7,7%</b>	<b>-1,0%</b>
Investimentos	272.685.166	298.030.900	9,3%	0,5%
Inversões Financeiras	11.200.000	5.000.000	-55,4%	-58,9%
Amortização da Dívida	181.616.173	198.256.803	9,2%	0,4%
Reserva de Contingência (III)	0	0		
<b>Total PMSP (A = I + II + III)</b>	<b>2.886.454.250</b>	<b>3.211.587.628</b>	<b>11,3%</b>	<b>2,3%</b>
<b>CMSP + TCMSP (B)</b>	<b>53.838.899</b>	<b>56.575.695</b>	<b>5,1%</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Adm. Indireta (C)</b>	<b>830.290.232</b>	<b>988.015.609</b>	<b>19,0%</b>	<b>9,4%</b>
<b>Consolidado (A+B+C)</b>	<b>3.770.583.380</b>	<b>4.256.178.932</b>	<b>12,9%</b>	<b>3,8%</b>

As Tabelas 2.7 e 2.8 contêm as despesas liquidadas acumuladas até julho de 2015 e 2016 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

**Tabela 2.5 - Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão - PMSP**

(Fonte: SOF, posição 28/08/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
11	Secretaria do Governo Municipal	242.043.874	49.836.820	70.616.861	64.031.849	-9,3%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	685.290.224	294.905.802	173.219.179	177.744.769	2,6%
13	Secretaria Municipal de Gestão	251.858.428	19.833.757	85.680.665	87.853.062	2,5%
14	Secretaria Municipal de Habitação	749.416.037	546.911.822	90.515.900	107.273.248	18,5%
16	Secretaria Municipal de Educação	11.096.151.037	1.117.294.685	4.831.793.204	5.173.569.693	7,1%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	471.734.100	25.067.672	151.137.073	173.491.215	14,8%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	586.006.560	131.483.701	84.878.655	101.123.142	19,1%
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.248.510.385	16.614.840	1.266.949.502	1.590.659.308	25,6%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	248.633.687	1.794.377	106.602.449	113.389.673	6,4%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.828.582.666	1.365.456.162	148.055.609	46.907.289	-68,3%
23	Secretaria Municipal de Serviços	69.690.675	13.543.435	20.770.847	24.234.129	16,7%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	203.437.962	44.551.925	76.603.570	61.486.237	-19,7%
25	Secretaria Municipal de Cultura	501.025.834	145.397.244	150.176.053	183.304.081	22,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	169.270.706	29.025.203	58.079.024	76.454.269	31,6%
28	Encargos Gerais do Município	7.087.995.429	55.308.470	3.994.119.655	3.992.121.448	-0,1%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	156.197.370	58.077.541	40.308.021	47.751.829	18,5%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	9.149.971	1.323.625	2.923.241	2.766.187	-5,4%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.171.655	4.091.206	8.778.865	10.378.028	18,2%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	83.306.832	14.082.286	24.658.716	29.425.613	19,3%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	21.685.961	7.723.275	5.210.072	6.758.283	29,7%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.659.042.435	655.362.415	503.754.746	270.237.495	-46,4%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	498.225.882	14.115.187	214.487.672	254.324.929	18,6%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	28.685.037	13.064.530	4.818.136	3.978.439	-17,4%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	33.247.055	14.566.333	6.722.588	8.091.836	20,4%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
41	Subprefeitura Perus	32.172.103	8.295.079	11.338.831	11.458.223	1,1%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	43.325.429	7.251.322	15.500.027	15.802.530	2,0%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	38.918.548	6.723.099	14.283.681	13.332.899	-6,7%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.700.034	8.814.831	9.118.771	9.760.368	7,0%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	38.856.699	5.930.424	14.423.111	14.210.532	-1,5%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.605.107	10.397.385	12.123.147	12.643.477	4,3%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.889.432	9.030.653	13.993.659	12.278.992	-12,3%
48	Subprefeitura Lapa	38.321.505	5.429.684	15.681.631	16.134.671	2,9%
49	Subprefeitura Sé	75.415.513	7.623.832	25.601.483	31.289.190	22,2%
50	Subprefeitura Butantã	48.933.915	5.867.465	18.563.399	19.986.191	7,7%
51	Subprefeitura Pinheiros	39.642.122	2.707.199	17.170.074	18.860.587	9,8%
52	Subprefeitura Vila Mariana	36.295.324	3.983.205	15.467.600	16.571.530	7,1%
53	Subprefeitura Ipiranga	45.780.827	6.480.074	18.355.903	18.508.843	0,8%
54	Subprefeitura Santo Amaro	40.118.013	7.292.530	15.166.409	15.376.073	1,4%
55	Subprefeitura Jabaquara	32.227.663	5.551.735	12.752.104	13.096.027	2,7%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	39.870.208	8.677.392	12.073.891	13.039.541	8,0%
57	Subprefeitura Campo Limpo	54.780.051	5.565.614	20.893.866	21.620.776	3,5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	49.225.817	6.975.436	15.635.378	16.777.918	7,3%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	50.730.280	11.723.900	14.898.458	14.982.276	0,6%
60	Subprefeitura Parelheiros	37.075.215	11.907.800	11.001.826	10.867.743	-1,2%
61	Subprefeitura Penha	49.397.348	6.695.466	19.748.395	18.767.250	-5,0%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.919.917	4.405.262	11.148.222	12.344.892	10,7%
63	Subprefeitura São Miguel	47.874.295	8.260.609	18.110.438	18.087.328	-0,1%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	40.023.575	7.227.512	14.059.406	15.149.673	7,8%
65	Subprefeitura Moóca	47.366.377	6.260.248	17.146.989	17.864.620	4,2%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	41.845.856	8.128.445	14.623.097	14.724.541	0,7%

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
67	Subprefeitura Itaquera	47.743.123	8.945.018	16.854.288	17.910.728	6,3%
68	Subprefeitura Guaianases	45.121.420	8.377.098	16.301.776	16.713.663	2,5%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.592.027	8.170.122	12.095.577	11.939.299	-1,3%
70	Subprefeitura São Mateus	59.377.637	8.831.637	21.192.356	21.262.404	0,3%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	32.895.617	7.935.526	10.451.772	10.350.035	-1,0%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.347.488	7.168.068	6.108.545	7.571.257	23,9%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	20.811.702	1.514.172	7.036.434	8.216.524	16,8%
75	Fundo Municipal de Parques	2.000	2.000	0	0	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	71.877.059	6.401.817	29.007.864	34.114.842	17,6%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	22.179.438	5.569.441	5.423.135	6.308.307	16,3%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.677.738.415	160.512.983	3.614.630.237	4.558.352.729	26,1%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	367.500.000-		149.466.890	113.725.410	-23,9%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.067.194.410	811.000	469.747.479	628.464.478	33,8%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	463.480	0	0	
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	2.584.398	574.170	0	292.069	
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	126.517.320	2.151.000	21.045.096	22.698.308	7,9%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.154.025.525	147.263.247	476.248.835	623.344.658	30,9%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	109.226.540	10.207.466	58.331.507	61.115.403	4,8%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	780.000	0	0	663.884	
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	1.000	0	0	
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000	391.277	0	0	
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000	79.884.429	117.030.902	115.322.921	-1,5%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	1.074.507.630	2.310.404	189.753.691	337.960.152	78,1%
<b>Total PMSP</b>		<b>42.330.355.204</b>	<b>5.294.123.871</b>	<b>17.740.466.481</b>	<b>19.617.219.813</b>	<b>10,6%</b>

**Tabela 2.6 - Comparativo da Despesa Liquidada - Adm. Indireta**

(Fonte: SOF, posição 27/06/2016)

Cod.	Órgão	Orçado 2016	Congelado 2016	Liquidado 2015	Liquidado 2016	Var.% Liq.
1	Autarquia Hospitalar Municipal	1.484.901.755	58.700.790	679.280.285	805.909.009	18,6%
2	Hospital do Servidor Público Municipal	309.060.585	12.881.689	143.348.826	152.469.780	6,4%
3	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	7.154.611.720	300.353.202	3.274.697.619	3.754.229.429	14,6%
4	Serviço Funerário do Município de São Paulo	179.500.000	41.000.000	66.875.071	64.851.908	-3,0%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	29.217.904	10.789.739	4.547.725	7.756.758	70,6%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza	1.967.968.877	42.219.056	1.037.682.224	1.113.743.562	7,3%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	261.805.337	122.052.657	80.204.777	49.637.364	-38,1%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.151.883	8.569.000	80.966.724	96.225.942	18,8%
91	Fundo Municipal de Habitação	116.750.895	57.188.290	8.042.281	23.784.049	195,7%
<b>Total Adm. Indireta</b>		<b>11.624.968.956</b>	<b>653.754.423</b>	<b>5.375.645.530</b>	<b>6.068.607.802</b>	<b>12,9%</b>

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas até julho de 2016 somaram R\$ 3,8 bilhões. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 1,8 bilhão, incorrendo em déficit de R\$ 2,0 bilhões, valor 15,7% maior que o déficit acumulado até julho de 2015 (Tabela 2.7).

**Tabela 2.7 - Déficit IPREM - em R\$**Fonte: Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

	Orçado 2016 (I)	Jan-Jul/2015 (II)	Jan-Jul/2016 (III)	Var.% (III / II)
Receitas (I)	3.332.353.202	1.555.679.017	1.765.001.717	13,5%
Despesas (II)	7.154.611.720	3.274.697.619	3.754.229.429	14,6%
<b>Déficit (II - I)</b>	<b>3.822.258.518</b>	<b>1.719.018.602</b>	<b>1.989.227.712</b>	<b>15,7%</b>

## 2.2 Créditos Adicionais Suplementares

Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo está autorizado a remanejar recursos entre as dotações orçamentárias até o limite do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA. O art. 13º da LOA 2016 (Lei nº 16.334/2015) autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 11% do total da despesa orçada, o que corresponde a R\$ 5,97 bilhões. O art. 14º da LOA 2016, no entanto, prevê casos em que a abertura de créditos adicionais podem ser realizadas sem onerar esse limite.

Até o dia 29/agosto foram abertos um valor total de R\$ 2,26 bilhões em créditos adicionais suplementares. No entanto, a maior parte desse valor, R\$ 1,49 bilhão, não onera o limite de 11% permitido, uma vez que esses créditos estão enquadrados nos casos previstos no art. 14º da LOA. O valor que efetivamente onera, R\$ 732,9 milhões, corresponde a 1,35% da despesa orçada.

**Tabela 2.8 - Créditos Adicionais - Adm. Direta  
até 29/agosto de 2016**

	R\$
<b>Valor Total das Suplementações</b>	<b>2.225.213.120</b>
Valor que não onera o limite	1.492.345.238
Valor que onera o limite (A)	732.867.882
Valor Total Orçado 2016 (B)	54.290.549.452
<b>Percentual (A) / (B)</b>	<b>1,35%</b>

Fonte: SOF

### 3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

A lei orçamentária para o exercício de 2016 fixou as despesas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em R\$ 577,0 milhões e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) em R\$ 238,7 milhões. Em março, foram suplementados recursos para TCMSP no montante de R\$ 28,7 milhões.

Até julho de 2016, a despesa liquidada pela CMSP alcançou 46,7% do valor de seu orçamento anual, totalizando R\$ 269,6 milhões, um aumento nominal de 8,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Descontando a inflação acumulada em 12 meses, houve uma queda real de 0,2%.

No mesmo período, a despesa liquidada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo somou R\$ 108,8 milhões, equivalente a 40,5% de seu orçamento atualizado, chegando a um aumento nominal de 6,7% em relação ao período de janeiro a julho de 2015. Em termos reais houve queda de 1,9%.

**Tabela 3.1 - Comparativo da Despesa Liquidada CMSP e TCMSP - em R\$**

(Fonte: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br); [www.tcm.sp.gov.br](http://www.tcm.sp.gov.br))

	Orçado 2016	Atualizado 2016 (I)	Jan-Jul 2015 (II)	Jan-Jul 2016 (III)	Var.Nom% (III / II)	Var. Real%	%Atualiz. (III / I)
Câmara Municipal de São Paulo	577.003.000	577.003.000	248.375.160	269.645.446	8,6%	-0,2%	46,7%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	238.735.000	267.468.317	101.981.805	108.810.926	6,7%	-1,9%	40,5%
<b>Total CMSP e TCMSP</b>	<b>815.738.000</b>	<b>844.471.317</b>	<b>350.356.966</b>	<b>378.456.372</b>	<b>8,0%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>44,7%</b>

## 4. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo - Parte 2

### Introdução

Na edição anterior (nº 73 - julho/16) do Indicador Paulistano, apresentou-se a metodologia e dados mais gerais sobre a pesquisa “*Doing Business*”, edição 2016, do Banco Mundial. O estudo fornece informações objetivas sobre o nível de regulações para empresas locais em 189 países. O foco dos pesquisadores é dirigido às regras que estabelecem e definem direitos de propriedade, minimizam o custo de resolução de disputas, aumentam a previsibilidade das interações econômicas e provem aos eventuais participantes de acordos e contratos proteção contra abusos. Segundo o Banco Mundial<sup>1</sup>, tais regras são importantes pois a atividade econômica requer um ambiente que encoraje a criação e o posterior crescimento das empresas, ao mesmo tempo, evitando o surgimento de distorções no mercado.

Nesta edição será dada continuidade a exposição dos dados disponibilizados pela pesquisa, mas ao contrário do artigo anterior que focou nos dois índices gerais, o DTF (distância da fronteira) e o ranking simples por economia, o enfoque agora será nas variáveis mais específicas que compõem o índice geral e a posição das economias no ranking, como por exemplo, custo de resoluções de disputas comerciais, custo de pagamento de taxas, tempo para obter autorizações para construção, tempo para obter eletricidade dentre outras.

Conforme explicado no artigo anterior, para a realização do estudo os pesquisadores do Banco Mundial trabalharam com 10 grupos de indicadores. Esses grupos de indicadores foram escolhidos devido à importância de cada um para o tema da pesquisa segundo a literatura e os dados disponíveis (incluindo os dados do World Bank Enterprise Surveys). No presente artigo, serão apresentados dados para as mesmas 11 cidades utilizadas no artigo anterior (São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago, Cidade do México, Bogotá, Moscou, Mumbai, Xangai, Londres e Nova Iorque), referentes aos 10 grupos de indicadores usados na construção do DTF. A tabela 4.1 traz os 10 indicadores e o que cada um procura medir.

---

(1) About Doing Business, pg. 1 (19) - Doing Business 2016 - World Bank Group

**Tabela 4.1 - Grupo de indicadores considerados**

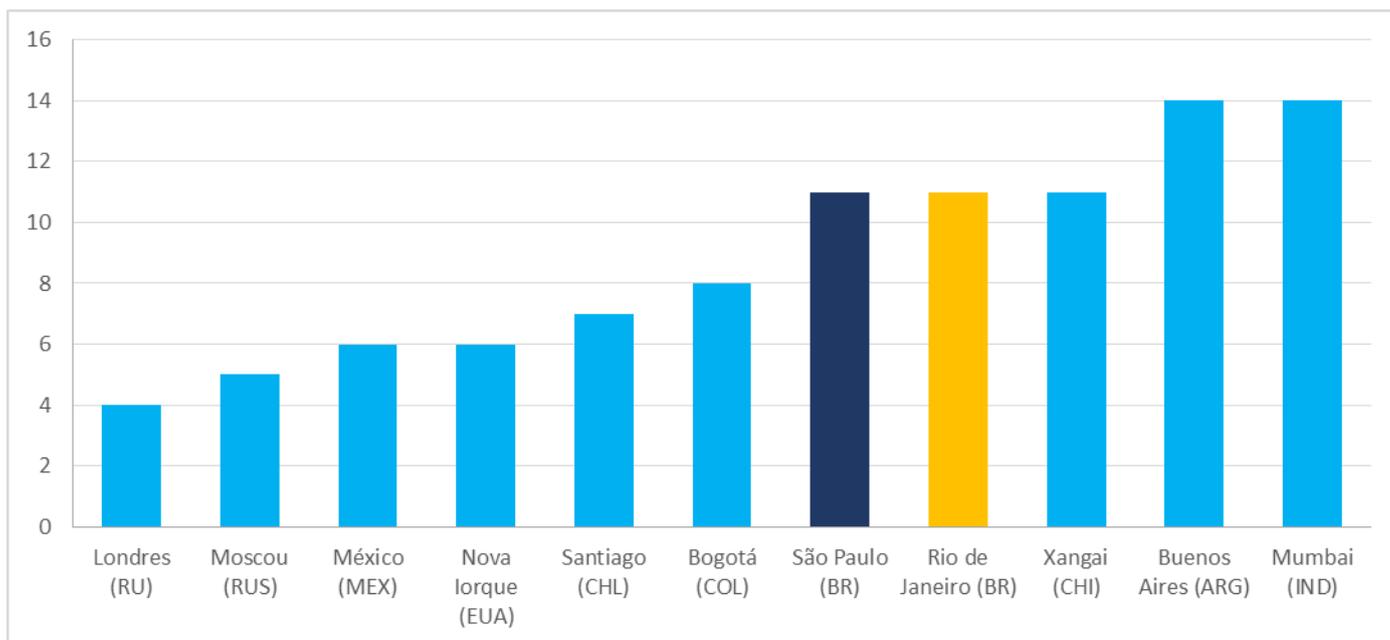
<b>Grupos de indicadores</b>	<b>O que é mensurado</b>
"Começando um negócio"	Procedimentos, tempo, custos e requerimentos mínimos de capital para começar uma companhia de responsabilidade limitada
"Obtenção de permissões de construção"	Procedimentos, tempo e custos para cumprir todas as formalidades para construir uma fábrica (incluindo o cumprimento de medidas de segurança e controle de qualidade incluídos no sistema de permissões de construção)
"Obtendo eletricidade"	Procedimentos, tempo e custos para se conectar a rede elétrica, a confiabilidade da oferta de energia e o custo do consumo de energia
"Registro de propriedade"	Procedimentos, tempo e custos para transferência de uma propriedade e a qualidade do "sistema de administração e registro de imóveis"
"Obtendo crédito"	Leis de garantias/colaterais e sistemas de informação de crédito
"Proteção dos investidores minoritários"	Direitos de investidores minoritários em transações com partes relacionadas e governança corporativa
"Pagamento de impostos"	Pagamentos e tempo para uma firma cumprir com todas as obrigações nessa área
"Comércio Internacional"	Tempo e custo para exportar e importar
"Execução de contratos"	Tempo e custo para resolver disputas comerciais e a qualidade do processo judicial
"Resolução de insolvência"	Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação das insolvências comerciais e a força do sistema legal para insolvência

### Dados

O primeiro grupo de variáveis mensura a dificuldade em se começar um negócio (abrir uma empresa). Os pesquisadores levantaram dados sobre os procedimentos oficialmente necessários, ou comuns na prática, para um empresário abrir e operar formalmente uma empresa industrial ou comercial, assim como o tempo e custo necessários para completá-los e o pagamento no requisito de capital mínimo integralizado.

Começando com a quantidade de procedimentos para abrir uma empresa, Londres exige o menor número de procedimentos para esse fim (4), enquanto Mumbai e Buenos Aires exigem o maior (14 cada uma). São Paulo e Rio de Janeiro aparecem com 11 procedimentos cada. O Gráfico 4.1 traz o número de procedimentos para cada cidade considerada neste artigo (ordenadas do menor para o maior número).

**Gráfico 4.1 - Número de procedimentos para começar um negócio - DB2016**

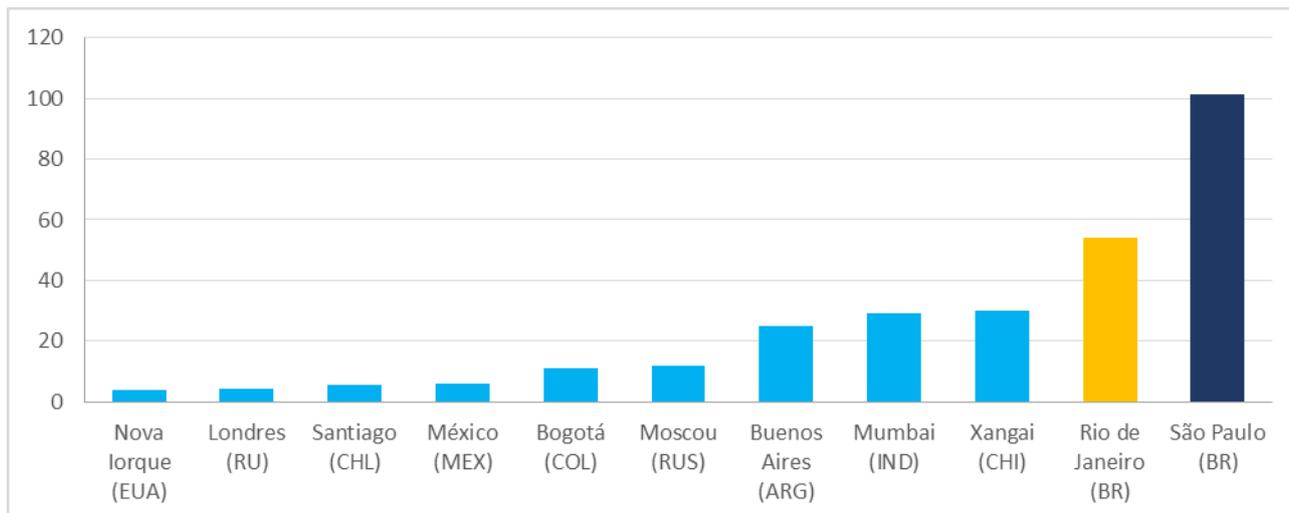


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação ao tempo para se cumprir esses procedimentos e obrigações, São Paulo aparece com a pior marca (101,5 dias). Mesmo o Rio de Janeiro com o segundo pior valor (54 dias), apresenta um número quase 50% menor que o de São Paulo. Dentre as cidades latino-americanas consideradas, Santiago com 5,5 dias obteve o melhor desempenho, seguida de perto pela Cidade do México com 6 dias. Nova Iorque e Londres apresentam os dois melhores valores (4 dias e 4,5 dias respectivamente).

O Gráfico 4.2 traz o número de dias necessários para o cumprimento dos procedimentos e obrigações para a abertura de uma empresa (limitada). A ordenação, como em todos os gráficos deste tipo será do “melhor” resultado (na esquerda) para o “pior” (para a direita). Nesse caso, quanto menor o tempo, “melhor”.

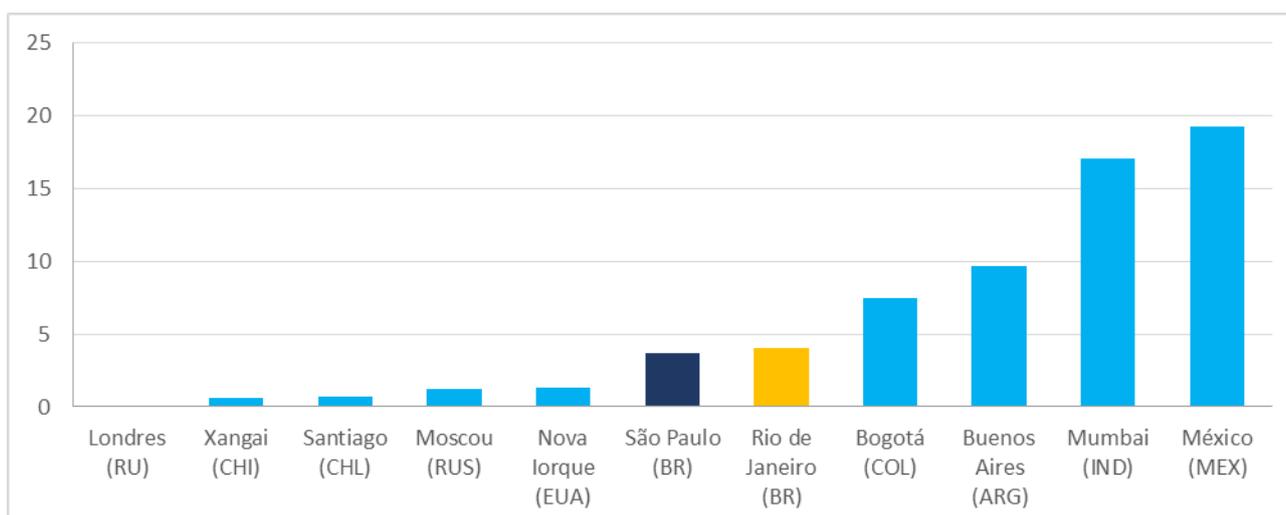
**Gráfico 4.2 - Tempo (em nº de dias) para cumprir os procedimentos para começar um negócio - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Para disponibilização dos dados de custo financeiros dos procedimentos para abertura de um negócio, o Banco Mundial divulga o item como uma porcentagem da renda per capita do país. Assim, embora uma porcentagem maior de uma cidade não necessariamente signifique um custo maior do que o de outra cidade com uma porcentagem menor (a renda *per capita* desta última pode ser bem maior que a da primeira), é desejável que esses procedimentos não demandem uma porcentagem muito grande da renda dos locais. O Gráfico 4.3 traz esses números para as cidades consideradas neste artigo.

**Gráfico 4.3 - Custo (em % da renda per capita) dos procedimentos para começar um negócio - 2016**

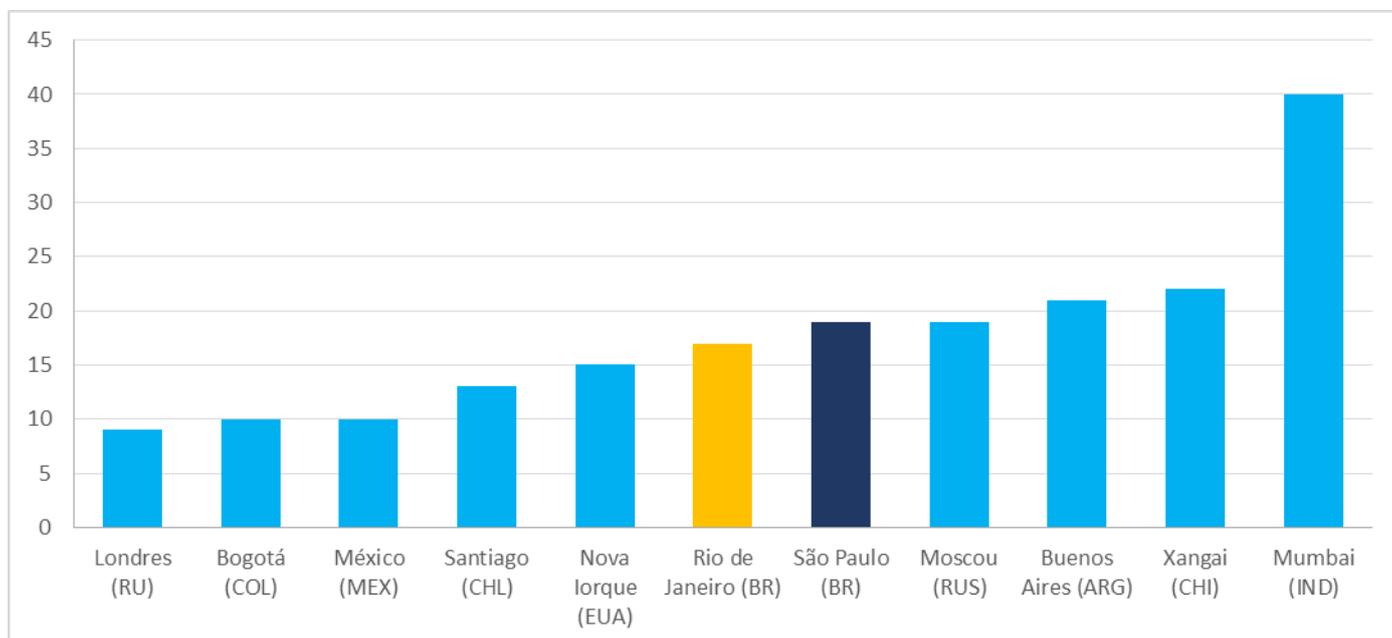


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Embora São Paulo tenha se saído mal em relação ao tempo para abertura de um negócio, quanto ao custo financeiro, a capital paulista ficou em uma posição intermediária com uma porcentagem de 3,7%, valor próximo ao do Rio de Janeiro (4%). Londres foi a cidade com a menor porcentagem dentre as consideradas (0,1% da renda per capita). A Cidade do México foi a pior (19,2%), seguido de Mumbai na Índia com 17%. Dentre as latino-americanas, Santiago obteve o melhor resultado (0,7%), com São Paulo e Rio de Janeiro em 2° e 3° lugares respectivamente.

O próximo grupo de indicadores trata especificamente de regulações para a construção (o que inclui construção de galpões, plantas de fabricação etc.) - grupo de indicadores que os pesquisadores denominam de “Obtenção de permissões/autorização de construções”. Londres foi a cidade com o menor número de procedimentos para esse fim (9), seguido de Bogotá e México (10 cada uma). São Paulo exige 19 procedimentos para liberar e executar uma construção segundo o Banco Mundial, enquanto o Rio de Janeiro 17. A cidade com o pior número nesse quesito foi Mumbai (40, quase o dobro da segunda pior colocada, Xangai que exige 22 procedimentos). Dentre as latino-americanas, Buenos Aires se sai pior que São Paulo e exige 21 procedimentos de acordo com o levantamento da pesquisa.

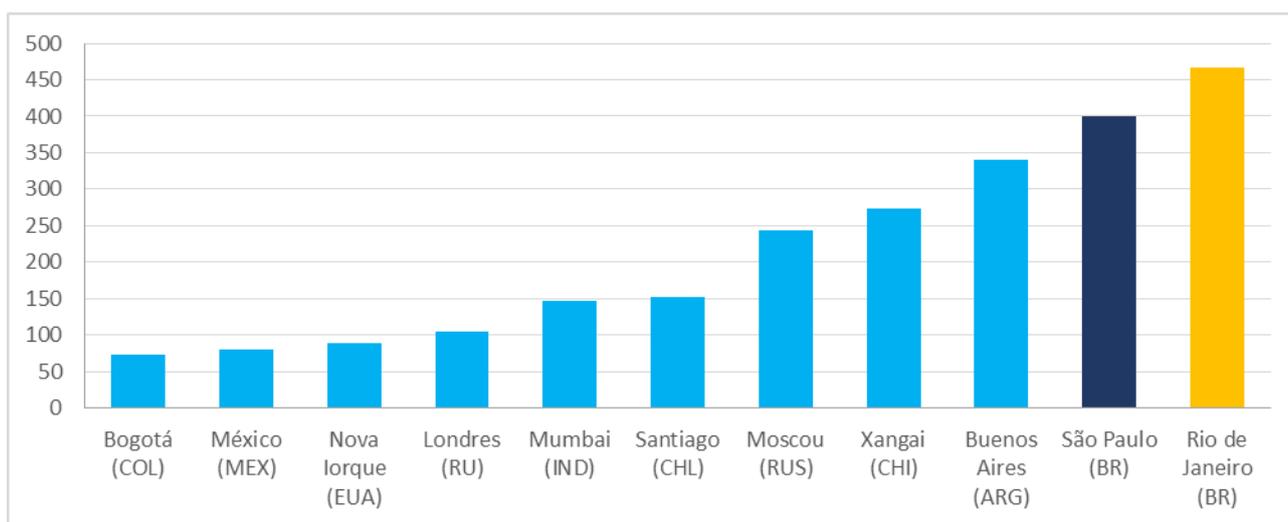
**Gráfico 4.4 - Procedimentos necessários para construir - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Com relação ao tempo para cumprimento de todos os procedimentos para se iniciar uma construção, novamente São Paulo e Rio de Janeiro não se saem muito bem. Segundo o Banco Mundial, no Rio de Janeiro, o cumprimento de todas as exigências leva 466 dias, enquanto em São Paulo 400 dias. Buenos Aires, vem logo em seguida com 341 dias. A melhor marca nesse quesito foi obtida por Bogotá (73 dias), seguida pela Cidade do México com 81 dias e Nova Iorque (89 dias). O Gráfico 4.5 traz o número de dias para as 11 cidades consideradas.

**Gráfico 4.5 - Tempo (em nº de dias) para obter permissões de construção - DB2016**

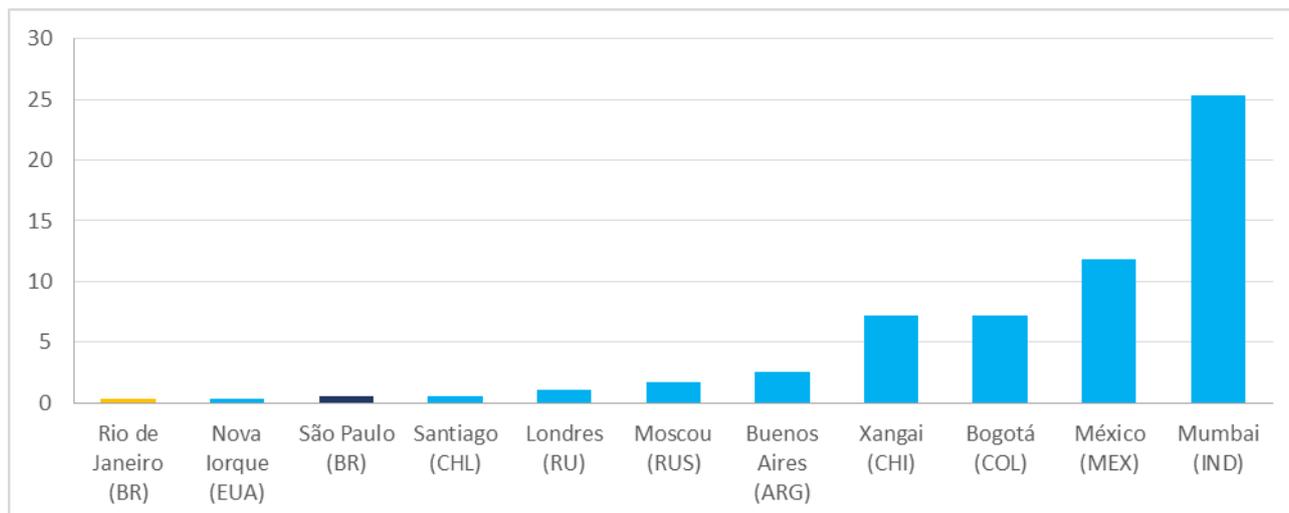


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Quanto ao custo financeiro das permissões, o Banco Mundial compara a porcentagem em relação ao valor da construção. Portanto, embora porcentagens maiores não impliquem necessariamente em custos absolutos maiores, é importante que essas permissões e regulações não sejam uma parte substancial do valor da construção desejada.

O Gráfico 4.6 traz o custo da obtenção dessas permissões como porcentagem do valor da construção. Assim como no quesito anterior (sobre começar um negócio), embora São Paulo e Rio de Janeiro não tivessem muito bem em relação tempo exigido para cumprimento/obtenção dessas regulações/permissões, o custo medido pelo critério mencionado é relativamente baixo. No Rio de Janeiro é de 0,3% (o mesmo que de Nova Iorque) do valor da construção. Em São Paulo é de 0,5%. O maior custo foi registrado em Mumbai, 25,3%, seguido de Cidade do México (11,8%), Bogotá e Xangai (ambas com 7,2%).

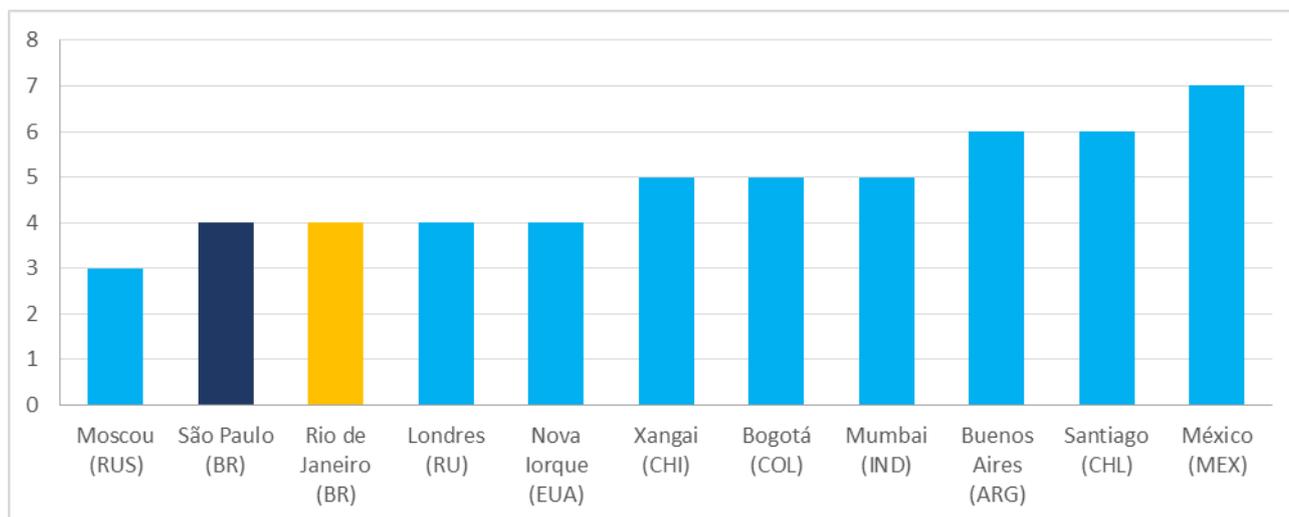
**Gráfico 4.6 - Custo (% do valor da construção) para obter permissões de construção - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Os próximos itens considerados na pesquisa são os procedimentos, tempo e custos para se obter energia elétrica. Nesse grupo de itens, São Paulo e Rio de Janeiro se saem bem. Começando pelo número de procedimentos para obtenção de energia, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro são quatro (mesmo número atribuído a Londres e Nova Iorque). Moscou na Rússia é a cidade com o menor número (três). Dentre as cidades latino-americanas, Bogotá com cinco vem logo atrás das cidades brasileiras. Buenos Aires e Santiago com seis procedimentos cada, e a Cidade do México com sete são as três cidades com maior número de procedimentos. O Gráfico 4.7 traz os números de procedimentos para as cidades consideradas.

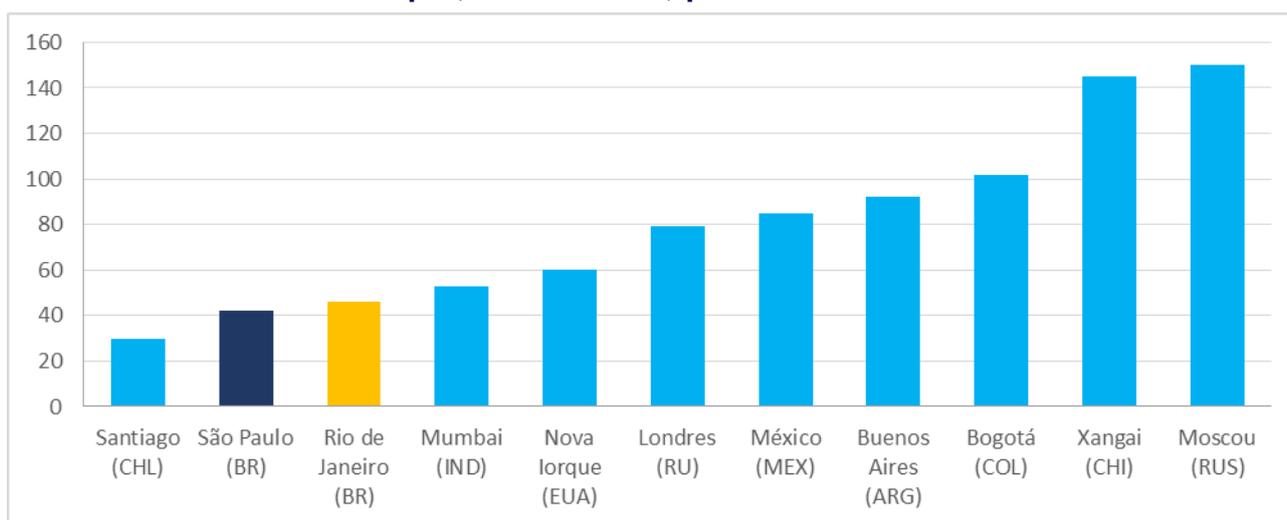
**Gráfico 4.7 - Procedimentos necessários para obter eletricidade - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

São Paulo e Rio também ficaram bem posicionadas em relação ao tempo necessário para obtenção de eletricidade. De acordo com os dados do Banco Mundial são necessários 42 dias em São Paulo e 46 dias no Rio. Somente Santiago com 30 dias obteve melhor marca. Moscou, que tem o menor número de procedimento, foi a cidade onde mais tempo é gasto nesse quesito (150 dias), seguida de Xangai (145) e Bogotá (102). O Gráfico 4.8 traz o tempo (em dias) necessário para se obter energia elétrica nas 11 cidades selecionadas para este artigo.

**Gráfico 4.8 - Tempo (em n° de dias) para obter eletricidade - DB2016**

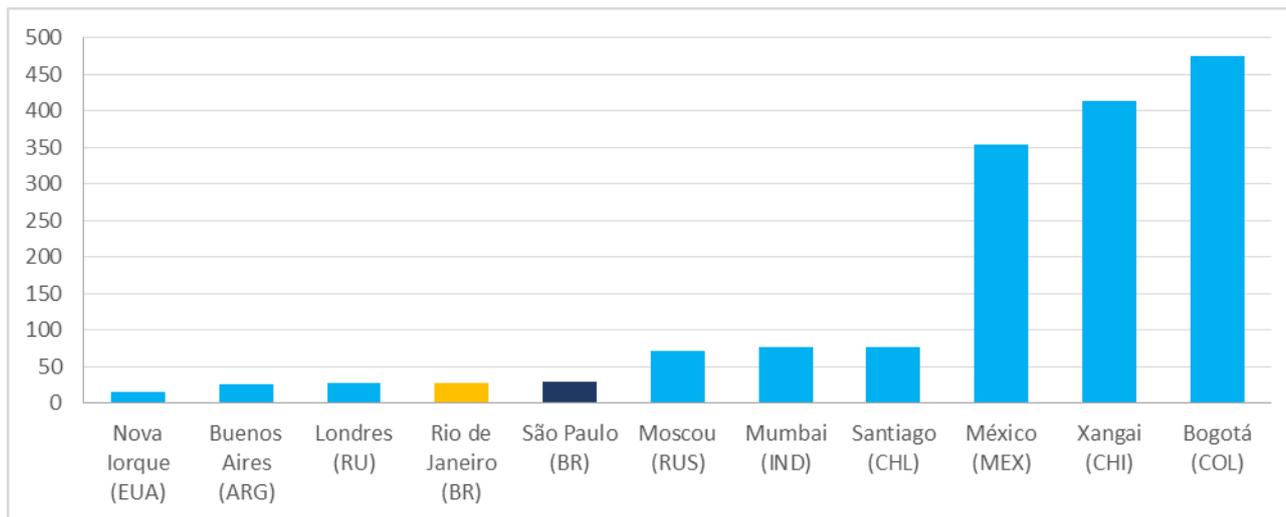


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação aos custos para obtenção de eletricidade<sup>2</sup> (expressos como porcentagem da renda per capita), Buenos Aires apresenta o melhor resultado dentre as cidades latino-americanas (24,9%), um pouco abaixo do Rio (26,7%) e de São Paulo (29,1%), que apresentam bom desempenho dentre as 11 cidades. Bogotá na Colômbia é o local (dentre as cidades consideradas) com o maior custo (altíssimos 475,4%), seguida por Xangai (413,1%) e Cidade do México (353,8%). Nova Iorque com 14,1% é a cidade com melhor desempenho neste quesito, como pode ser observado no Gráfico 4.9.

(2) Nesse item é mensurado o custo de obtenção da eletricidade (da instalação da conexão da rede elétrica, funcionando, até a fábrica). Não é o preço do consumo de energia elétrica. Segundo os pesquisadores: "(...)All the fees and costs associated with completing the procedures to connect a warehouse to electricity are recorded, including those related to obtaining clearances from government agencies, applying for the connection, receiving inspections of both the site and the internal wiring, purchasing material, getting the actual connection works and paying a security deposit(...)".

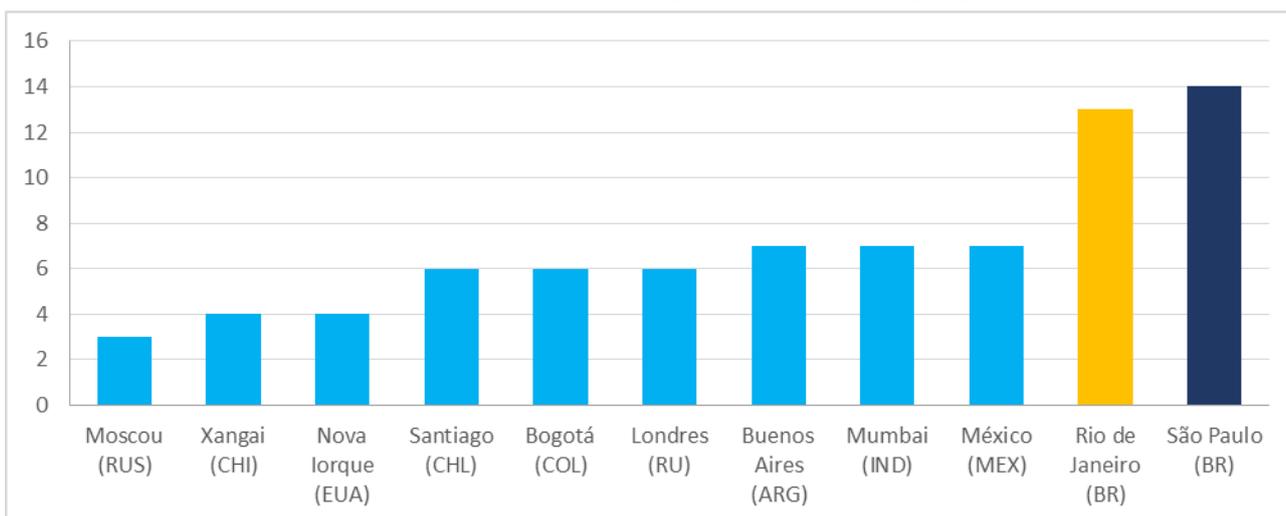
Maiores detalhes podem ser obtidos em "Getting Electricity Methodology" - Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/getting-electricity>)

**Gráfico 4.9 - Custo (% da renda per capita) para obter eletricidade - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Outro grupo de regulações considerado na pesquisa envolve transferências/registros de propriedades (imóveis). São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades com maior número de procedimentos exigidos para registro de propriedades, respectivamente, 14 e 13, o dobro do número exigido em cidades como Mumbai, Buenos Aires e Cidade do México com 7 procedimentos cada. Dentre as cidades latino-americanas, Santiago é a que menos procedimentos exige, 6. Moscou na Rússia, dentre os locais considerados no artigo, é a que menos exige, 3, seguida de Xangai e Nova Iorque com 4 procedimentos.

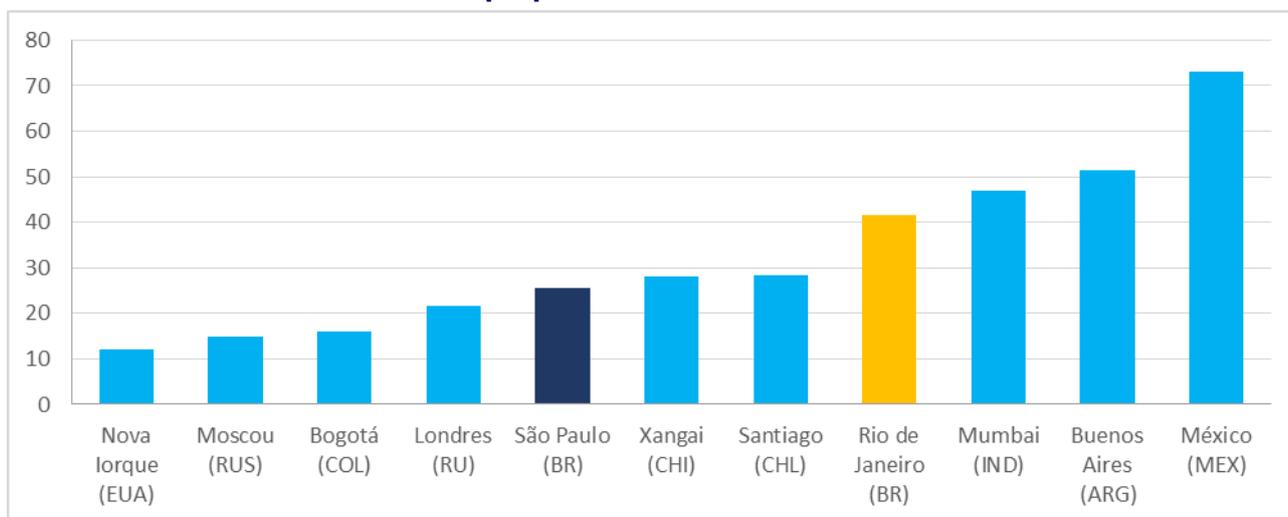
O gráfico 4.10 traz o número de procedimentos necessários para registro de propriedades nas 11 cidades consideradas.

**Gráfico 4.10 - Procedimentos necessários para registro de propriedades - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O tempo médio (em dias) para cumprir as exigências para registro de propriedades (Gráfico 4.11) em São Paulo, segundo o Banco Mundial, é de 25,5 dias, a segunda melhor marca dentre as cidades latino-americanas consideradas. No Rio de Janeiro, o tempo médio chega a 41,5 dias, bem acima do registrado na capital paulista. A pior situação é a da Cidade do México, com 73 dias. Buenos Aires vem logo em seguida com 51,5 dias. Das cidades latino-americanas consideradas, Bogotá apresenta o melhor número (16 dias). Nova Iorque com 12 dias é a cidade que oferece o registro mais rápido.

**Gráfico 4.11 - Tempo (em nº de dias) para concluir procedimentos de registro de propriedades - DB2016**

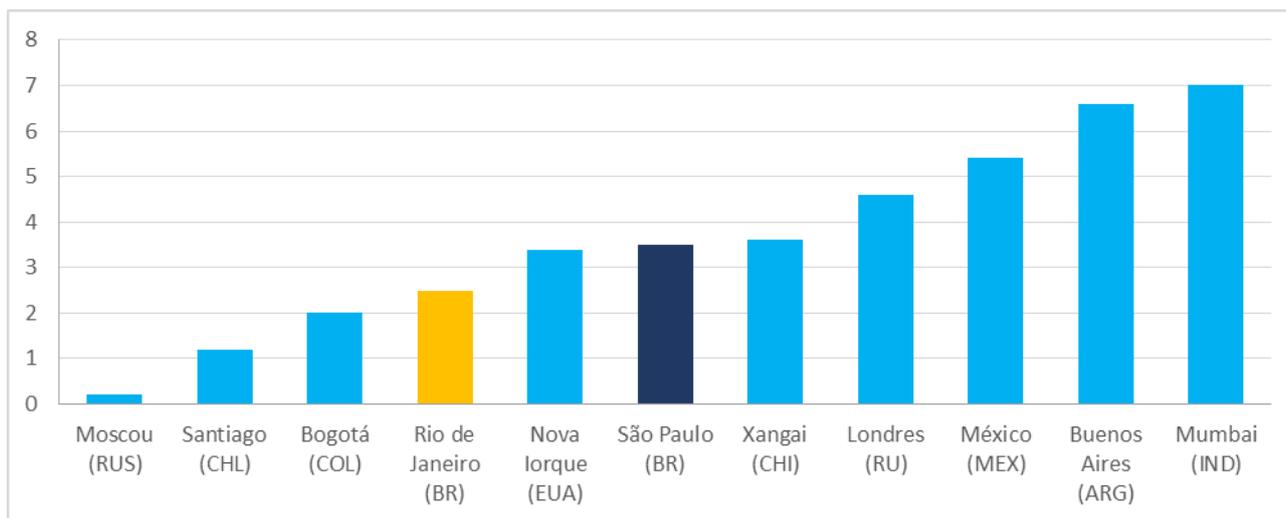


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No tocante aos custos dos procedimentos de registro, Mumbai é a cidade com o maior custo (medido como porcentagem do valor da propriedade a ser registrada), 7%, seguida de Buenos Aires (6,6%) e México (5,4%). São Paulo e Rio de Janeiro apresentam custos intermediários (2,5% para o Rio e 3,5% para São Paulo) com Nova Iorque entre as duas (3,4%). A cidade com o menor custo é Moscou na Rússia (apenas 0,2% do valor da propriedade).

Dentre as cidades latino-americanas, o melhor resultado foi obtido por Santiago do Chile, com um custo de 1,2%, seguida por Bogotá (2%). O Gráfico 4.12 traz os custos para registro de propriedades, medidos como porcentagem do valor do imóvel/propriedade, para as 11 cidades consideradas neste artigo.

**Gráfico 4.12 - Custo (em % do valor do imóvel) para registro de propriedades - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação ao crédito, um indicador interessante divulgado pelo Banco Mundial é o “Strength of legal rights index”, ou, em tradução livre “Índice de força dos direitos legais”, que visa mensurar em que grau as garantias exigidas e as leis de falência protegem os envolvidos (emprestadores e tomadores) em uma operação de crédito. O índice vai de 0 a 12, checando 10 aspectos na legislação sobre garantias e colaterais e 2 nas leis de falência. Dentre os itens avaliados, por exemplo, estão a possibilidade e abrangência de seguros, a presença de um sistema legal unificado que cubra certos aspectos ligados às operações de crédito e seguros, a ordem em que os emprestadores serão pagos em caso de falência ou de insolvência, a possibilidade de arbitragem privada para resolução de conflitos nessa área, dentre outros.<sup>3</sup> Para cada item presente em um país/cidade, a mesma ganha 1 ponto no índice (totalizando 12).

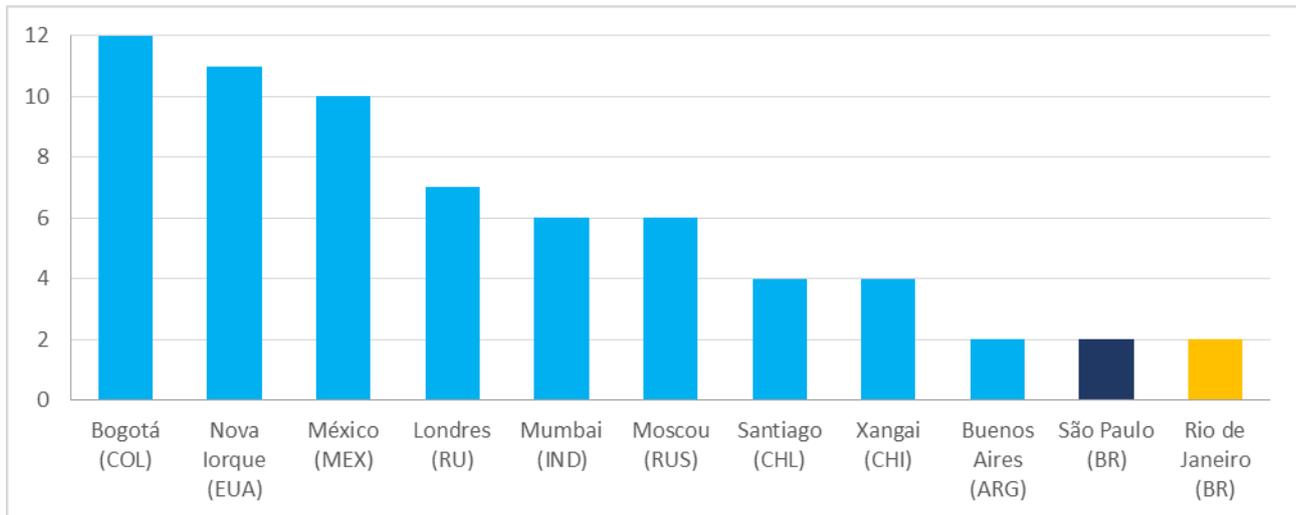
De acordo com os pesquisadores, um bom aparato legal nesse quesito é importante, pois incentiva os empréstimos, aumentando as possibilidades para os empreendedores e as oportunidades a mais pessoas de começarem seus negócios.

Nesse aspecto, São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires foram, dentre as cidades consideradas, as que obtiveram o pior índice (2 para cada). Bogotá na Colômbia com 12 pontos e Nova Iorque com 11 foram as cidades com a maior pontuação. A Cidade do México também se saiu bem, alcançando 10 pontos, a frente inclusive de Londres (7 pontos).

(3) Para maiores detalhes sobre os 12 itens considerados na elaboração do “Strength of legal rights index”, consultar Getting Credit Methodology - Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/getting-credit>)

O Gráfico 4.13 traz o índice para as 11 cidades consideradas neste artigo.

**Gráfico 4.13 - “Índice de força dos direitos legais” - Operações de Crédito - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

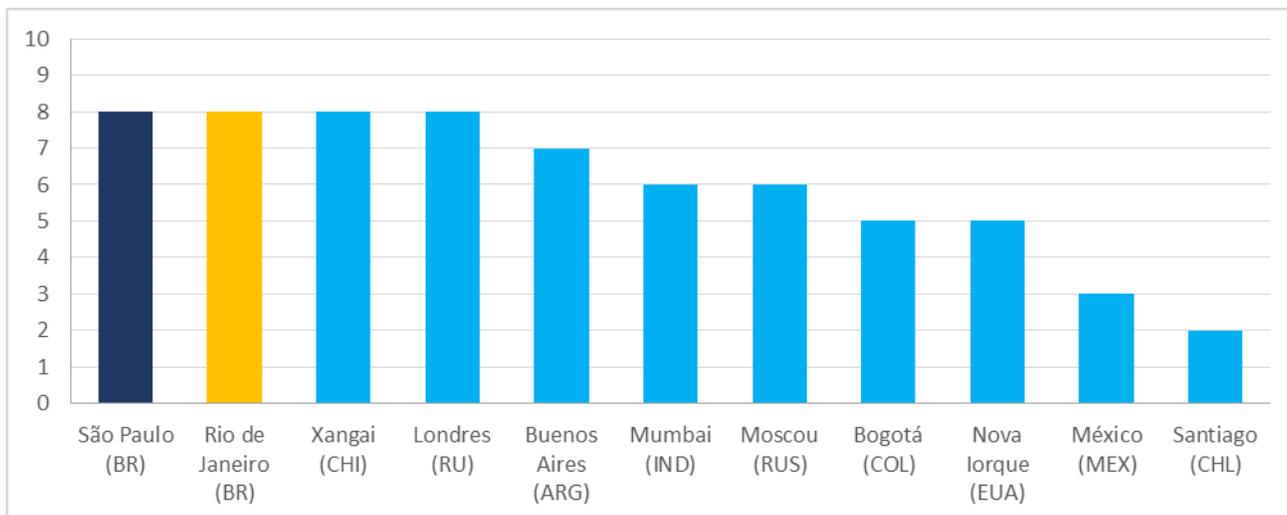
Na avaliação do quesito “proteção ao investidor minoritário”, o Banco Mundial também fez uso de índices, seguindo a mesma lógica vista anteriormente, foram verificadas condições que a legislação local sobre o assunto deve cumprir. Se a legislação cumpre, a cidade ganha 1 ponto no índice em questão. Por exemplo, no índice de “transparência corporativa” (vai de 0 a 10)<sup>4</sup> é checado se: a empresa precisa ter seus balanços auditados por auditores externos, investidores com menos de 5% do capital da empresa podem incluir itens nas assembleias, os acionistas são avisados com 30 dias de antecedência sobre as mesmas, dentre outros itens. Já o índice que avalia a amplitude dos direitos dos acionistas checa se: a venda de 51% dos ativos da empresa requer aprovação de acionistas, acionistas com 10% do capital tem o direito de chamar assembleias extraordinárias, sendo uma cia. limitada o comprador da empresa precisa da aprovação dos demais acionistas toda vez que emitir novas ações, dentre outros itens<sup>5</sup>.

Ao todo são oito itens/índices compondo o quesito “proteção ao investidor minoritário”, mais um índice geral, chamado de “Strength of minority investor protection”, ou em tradução livre “Índice de força da proteção aos investidores minoritários” que é feito com base na média dos oito itens e que resumiria o status dessa proteção nos países pesquisados.

(4) e (5) Para maiores detalhes sobre os itens considerados na elaboração dos índices para avaliação da proteção de investidores minoritários, consultar Protecting Minority Investors Methodology—Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/protecting-minority-investors>)

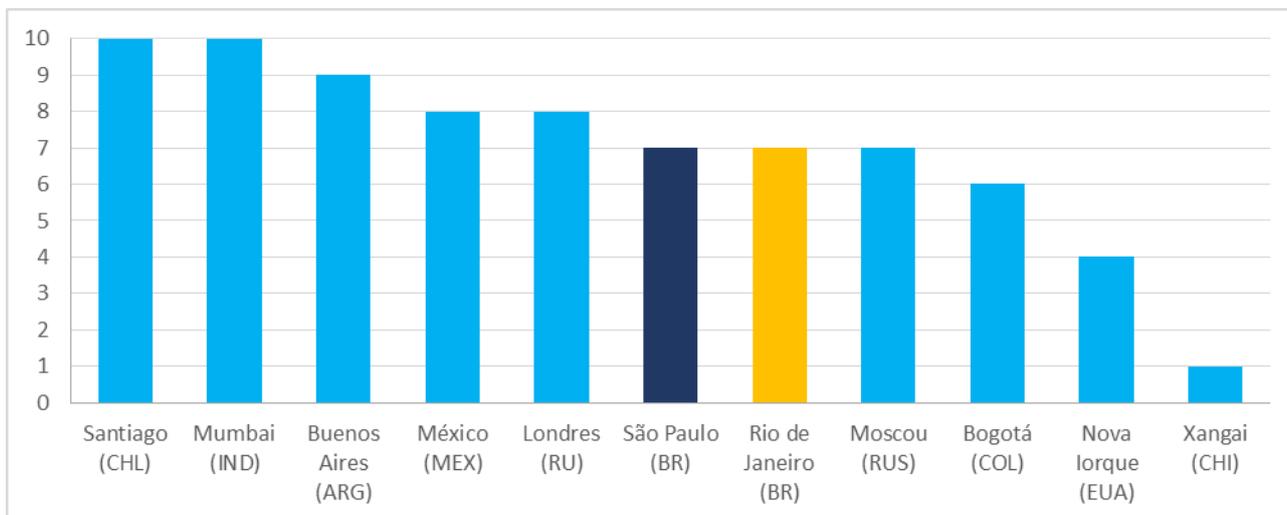
Os Gráficos 4.14 e 4.15 trazem os dois índices mais específicos mencionados anteriormente, o de transparência corporativa e o de proteção aos acionistas. O Gráfico 4.16 apresenta o índice geral de proteção ao investidor minoritário, que basicamente resume os oito<sup>(6)</sup> índices (incluindo os dois trazidos no Gráfico 4.14 e 4.15).

**Gráfico 4.14 - “Índice de transparência corporativa” - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

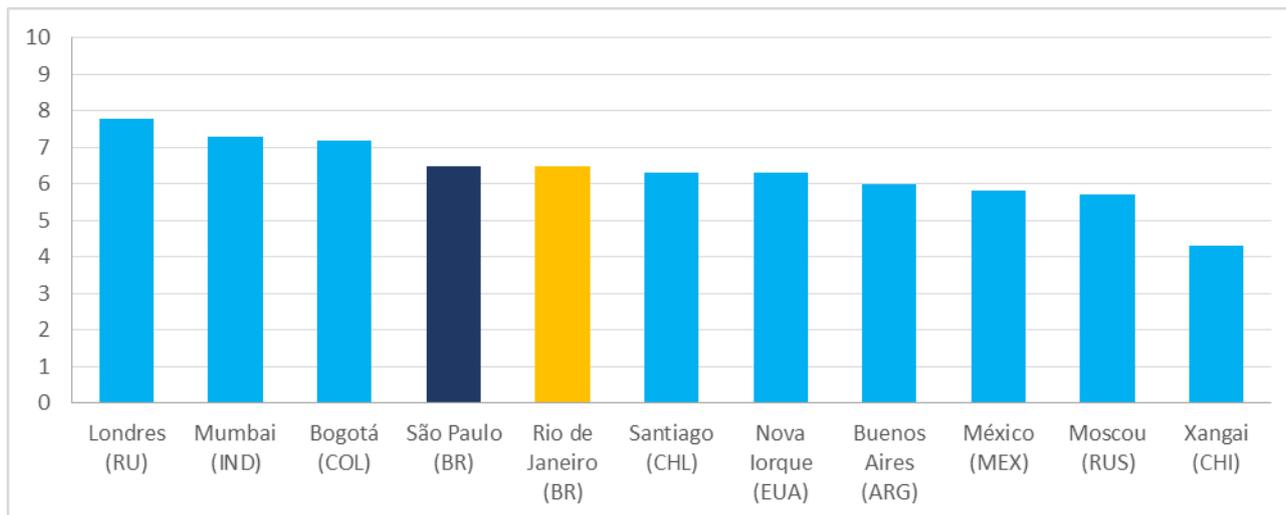
**Gráfico 4.15 - “Índice sobre a extensão dos direitos dos acionistas” - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

(6) Os 8 índices resumidos são “Extent of conflict of interest regulation index”, “Extent of disclosure index”, “Extent of director liability index”, “Ease of shareholder suits index”, “Extent of shareholder governance index”, “Extent of shareholder rights index”, “Extent of ownership and control index” e “Extent of corporate transparency index”

Para maiores detalhes sobre os índices construídos para avaliação da proteção de investidores minoritários, consultar Protecting Minority Investors Methodology—Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/protecting-minority-investors>)

**Gráfico 4.16 - Índice geral de proteção ao investidor minoritário - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação a transparência corporativa (Gráfico 4.14), São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram as melhores notas dentre as cidades consideradas (8 cada), junto com Xangai e Londres. Santiago do Chile e a Cidade do México foram os locais com as piores notas (2 e 3 respectivamente). É importante notar que esses temas geralmente são regulamentados por leis e normas federais, portanto São Paulo e Rio de Janeiro terão a mesma pontuação para esse conjunto de índices.

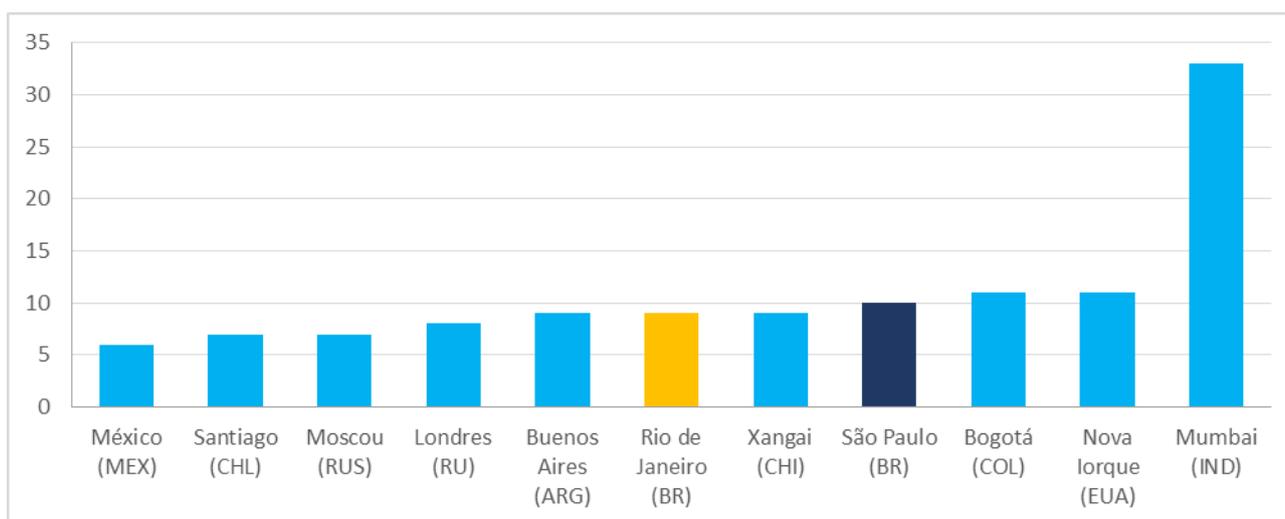
Quanto aos direitos dos acionistas (Gráfico 4.15), Santiago e Mumbai atingiram o valor máximo (10), seguido por Buenos Aires (9) e Cidade do México (8). São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram um índice de 7 pontos, à frente de Nova Iorque e Xangai (com notas 4 e 1 respectivamente).

Na avaliação geral para esse quesito (Gráfico 4.16), São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram uma média de 6,5 pontos. Atrás apenas de Londres (7,8), Mumbai (7,3) e Bogotá (7,2). México, Moscou e Xangai foram as três piores colocadas no aspecto “proteção ao investidor minoritário” com médias de 5,8; 5,7 e 4,3 respectivamente.

O próximo grupo de indicadores trata do pagamento de impostos, procurando mensurar os pagamentos (custos) e o tempo necessário para cumprir as exigências locais quanto a essa questão.

Segundo o Banco Mundial são pagas, pelo tipo de empresas consideradas na pesquisa, dez impostos e taxas em São Paulo contra 9 no Rio de Janeiro. Apenas em Bogotá, Nova Iorque (com 11) e Mumbai (com 33) o número é maior. A Cidade do México e Santiago com 6 e 7 pagamentos respectivamente, são as cidades com o menor número. O Gráfico 4.17 traz o número de impostos e taxas pagos, segundo o Banco Mundial, para as 11 cidades consideradas neste artigo.

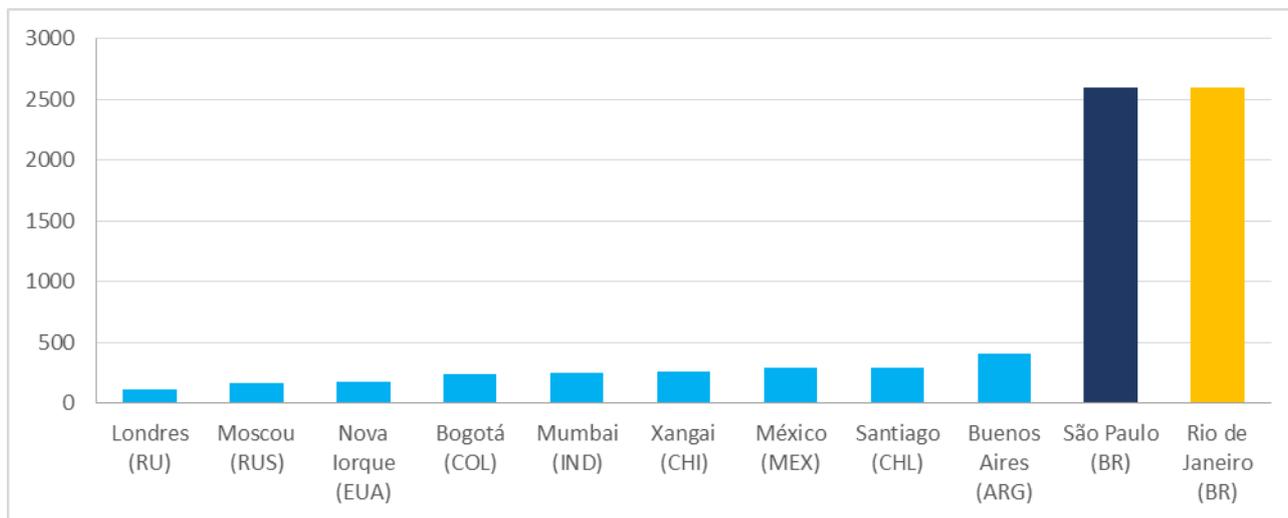
**Gráfico 4.17 - Número de Impostos Pagos - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

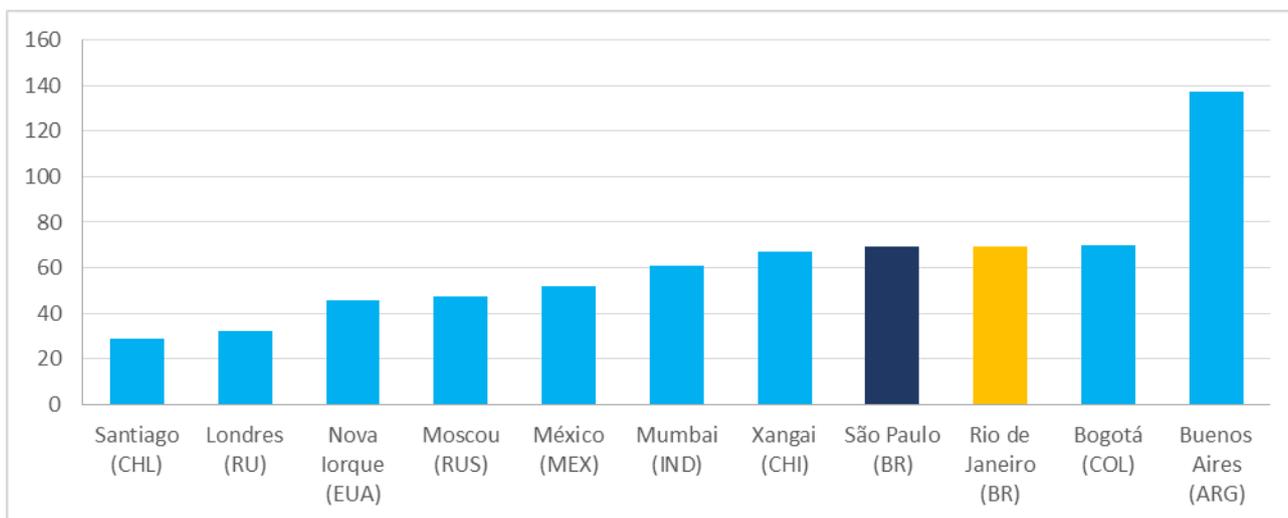
O Banco mundial também olha para o tempo gasto com o pagamento dos impostos e taxas (burocracia envolvida, procedimentos necessários etc.). Segundo o banco, como pode ser observado pelo gráfico 4.18, São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades com os piores desempenhos nesse quesito com um tempo de 2600 horas por ano<sup>7</sup>, muito acima de Buenos Aires (a cidade com a segunda pior medida) cujo tempo obtido foi de 405 horas. Londres com 110 horas, Moscou com 168 e Nova Iorque com 175 são as três cidades, dentre as consideradas, com o melhor desempenho nesse item. Considerando as cidades latino-americanas, Bogotá é a melhor com 239 horas, seguida de Santiago e Cidade do México.

(7) Segundo reportagem do jornal Valor Econômico de 15/06/16 - "Empresas gastam 600 horas com obrigações fiscais", a Receita Federal contesta esse número. O estudo do órgão brasileiro, utilizando a mesma metodologia do Banco Mundial, conclui que o número correto seriam 600 horas anuais, não as 2600 divulgadas pela pesquisa "Doing Business". A reportagem completa do Valor pode ser lida no link <http://www.valor.com.br/legislacao/4600645/empresas-gastam-600-horas-com-obrigacoes-fiscais>

**Gráfico 4.18 - Tempo (horas por ano) para cumprir com as obrigações fiscais - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No tocante ao custo dos impostos, expresso como porcentagem do lucro (Gráfico 4.19), Buenos Aires (Argentina) é a cidade com o pior desempenho (137,4%), seguida de Bogotá (69,7%) e Rio de Janeiro (69,4%). São Paulo aparece muito próximo da capital fluminense com 69,1%. Santiago (Chile) é a cidade com o menor percentual (28,9%), seguida por Londres (32%) e Nova Iorque (45,9%).

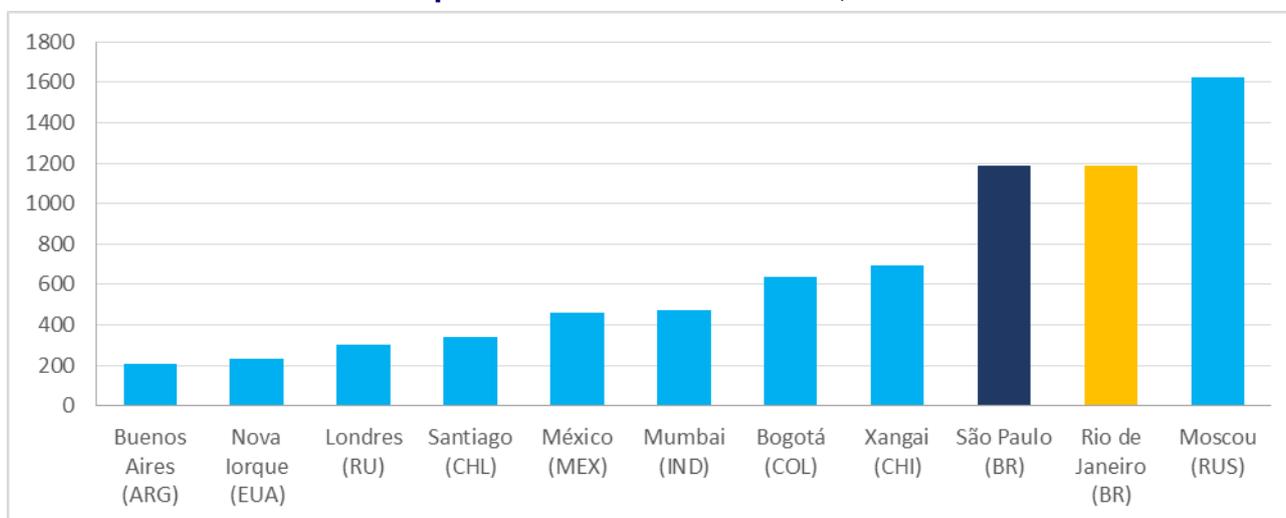
**Gráfico 4.19 - Custo (como % do lucro) dos Impostos - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No quesito “comércio internacional”, o Banco Mundial mensura o tempo e custo para exportar e importar. Não são consideradas tarifas de exportação e importação, mas sim os custos dos procedimentos para realização da transação. Considerando a elaboração da documentação exigida e os procedimentos de fronteira/aduana, o custo é expresso em dólar por um tipo de exportação e importação padronizada, considerada de referência. Assim, o custo de exportar é dado por dólar por “unidade de exportação” e o custo de importar é dado por dólar por “unidade de importação”, sendo essas unidades de exportação e importação transações de um mesmo tipo, envolvendo determinado peso, tipo e característica de produto em todos os países pesquisados justamente para os custos serem diretamente comparáveis<sup>8</sup>.

Pelo levantamento do Banco Mundial, considerando tanto os procedimentos envolvendo documentação, quanto os procedimentos de fronteira (saída e entrada da unidade de comercialização em portos, aeroportos etc.), o custo para exportar tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro foi de US\$1185 por “unidade de exportação”, valor só mais baixo do que o registrado em Moscou (US\$1625). Dentre as cidades consideradas, Buenos Aires foi a localidade com o menor custo para exportar (US\$210), seguida de Nova Iorque (US\$235) e Londres (US\$305). O Gráfico 4.20 traz o custo de exportar (em US\$ por “unidade de referência”) para as 11 cidades utilizadas neste artigo.

**Gráfico 4.20 - Custo de exportar - documentação + procedimentos de fronteira (em dólares por “unidade de referência”) - DB2016**

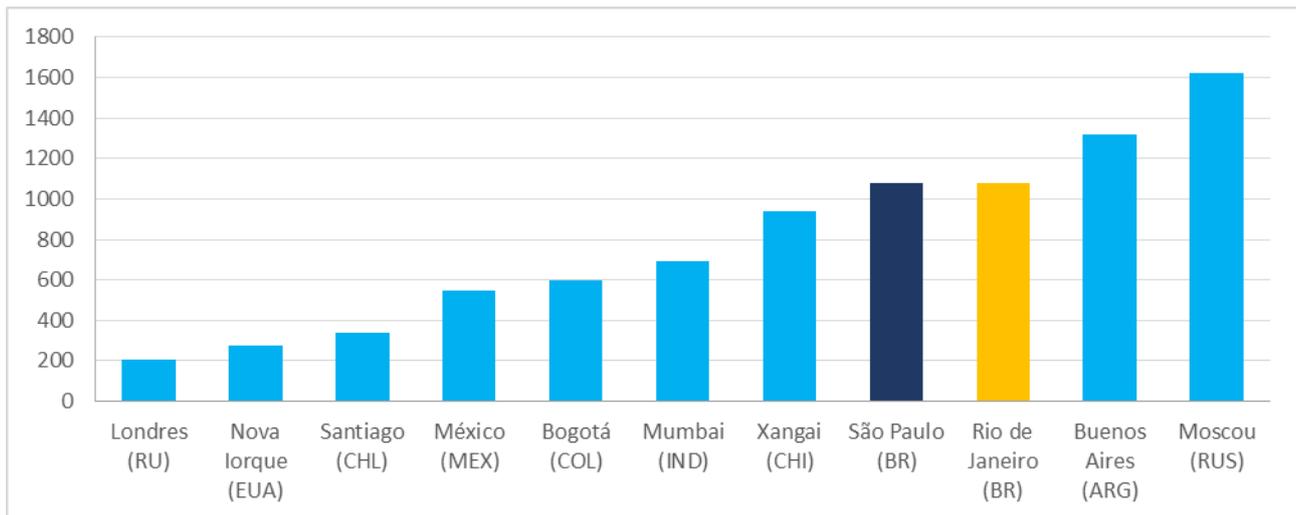


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

(8) Para maiores detalhes sobre as hipóteses e características dos tipos de exportação e importação considerados como “padrão” e usados como referência, consultar Trading Across Borders Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/trading-across-borders>). Como já mencionado, a adoção de um tipo de transação como referência, a padronização dos bens comercializados serve para comparar o custo de um mesmo tipo de operação representativa entre os países.

Em relação ao custo de importação (Gráfico 4.21), também expresso em dólares por “unidade de referência”, Londres foi a cidade com o menor custo (US\$205), seguida por Nova Iorque (US\$275) e Santiago (US\$340). São Paulo e Rio de Janeiro tiveram um custo estimado de US\$1077, menor somente que o custo apurado em Buenos Aires (US\$1320) e Moscou (US\$1625).

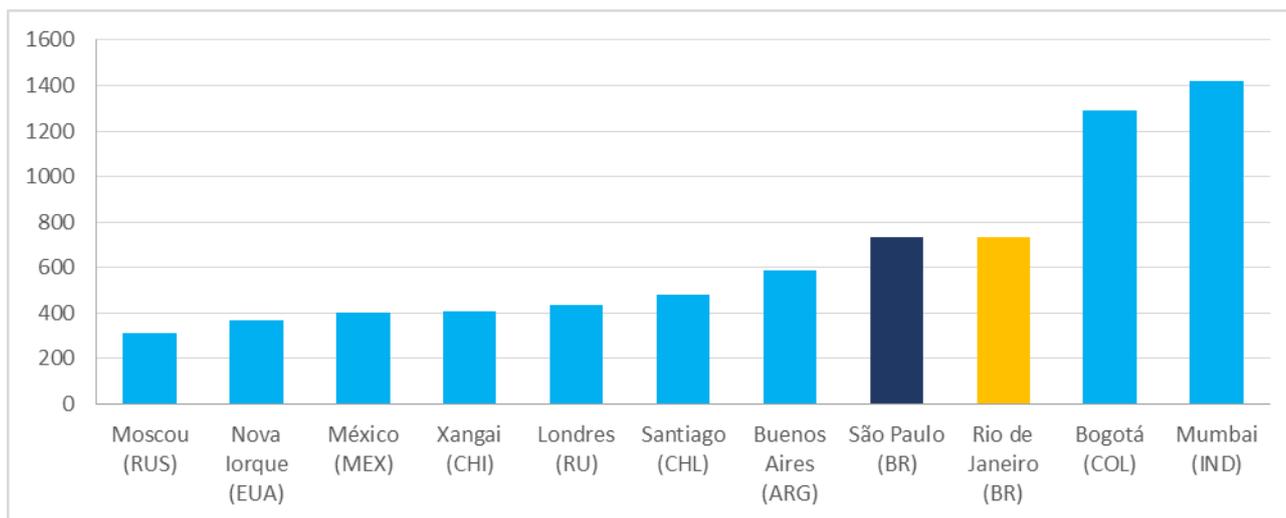
**Gráfico 4.21 - Custo de importar - documentação + procedimentos de fronteira (em dólares por “unidade de referência”) - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

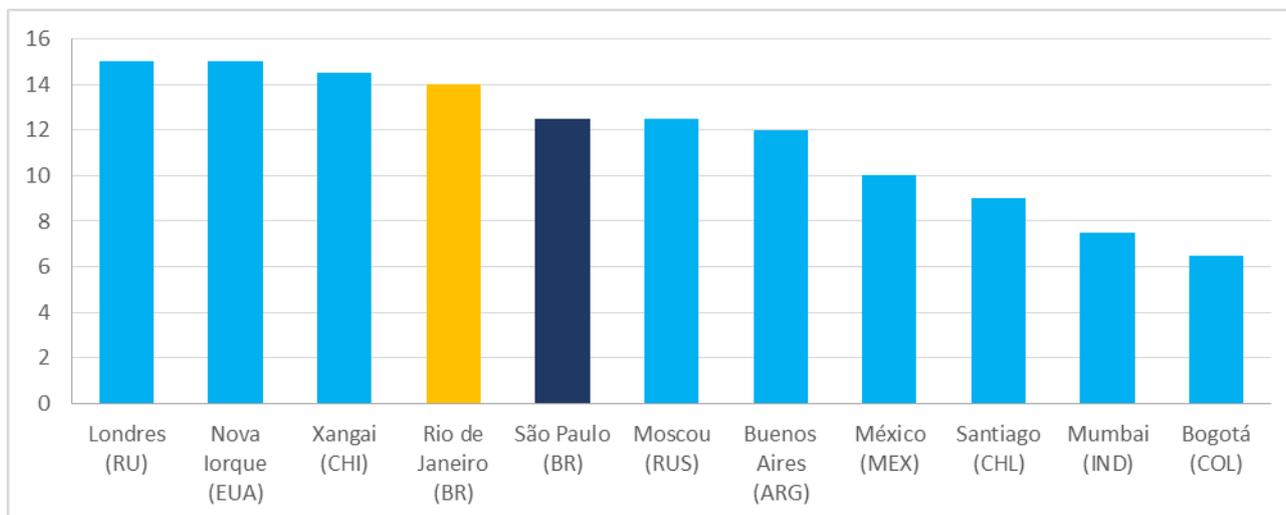
O próximo item considerado pelo Banco Mundial é a execução de contratos. Segundo levantamento, o tempo (em dias) de resolução de uma disputa comercial<sup>9</sup> em um tribunal de primeira instância é menor, dentre as cidades consideradas, em Moscou na Rússia (310 dias) e em Nova Iorque (370 dias). São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram o terceiro pior tempo (731 dias), só melhores que Bogotá na Colômbia (1288 dias) e Mumbai (Índia). Considerando as cidades latino americanas, a Cidade do México com um tempo médio de 400 dias apresentou o melhor desempenho, seguida por Santiago e Buenos Aires. O Gráfico 4.22 traz os dados para as 11 cidades consideradas. O tempo é registrado em dias corridos, contado desde o momento em que o reclamante inicia a ação processual no tribunal até o pagamento. Inclui tanto os dias em que ocorrem as ações como os períodos de espera entre elas.

(9) Para padronizar as medições, são considerados os dados de uma “disputa padrão”, com certas hipóteses definidas para o caso em todas as localidades. As suposições sobre o caso, mais detalhadamente, podem ser encontradas em Enforcing Contracts Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/enforcing-contracts>)

**Gráfico 4.22 - Tempo (em dias) para resolução de uma disputa comercial - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

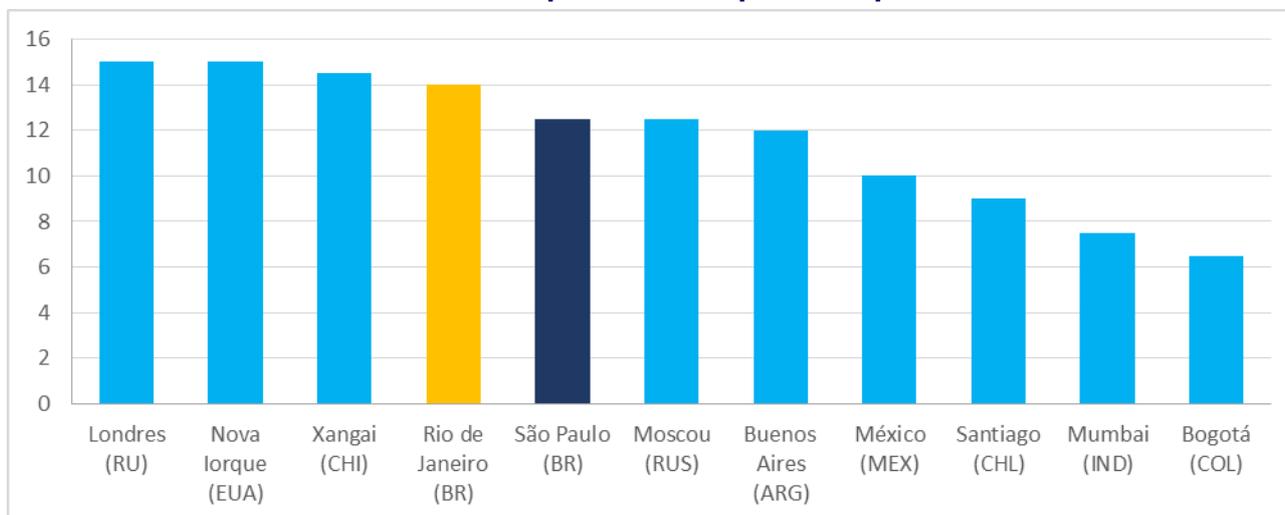
Em relação aos custos para resolução das disputas são considerados três tipos de custos: custos processuais, custos de execução e média dos honorários advocatícios. Os custos são expressos como porcentagem da reivindicação. Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem bem colocadas dentre as cidades utilizadas neste artigo, com um custo de 20,7%, o terceiro menor (Gráfico 4.23). O menor custo foi registrado em Moscou, na Rússia (15%). As cidades com os maiores custos foram Mumbai (39,6%), Londres (43,9%) e Bogotá (45,8%). Dentre as cidades latino americanas, Buenos Aires com um custo de 22,5% e Santiago com 28,6% são as duas mais bem colocadas, depois das duas cidades brasileiras.

**Gráfico 4.23 - Custo da disputa (como porcentagem da reivindicação) - DB2016**

Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O Banco Mundial também avalia a qualidade dos processos judiciais através de um índice que mede se cada economia adotou uma série de boas práticas em seu sistema judicial em quatro áreas: estrutura e procedimentos dos tribunais, gestão de processos, automação dos tribunais e resolução alternativa de controvérsias. Cada área possui um subíndice que checa se o processo judicial naquele local possui certas características consideradas adequadas/boas. Para cada confirmação é dada uma pontuação: por exemplo, no quesito “estrutura e procedimento dos tribunais” são checados quatro itens, para cada item encontrado no local é atribuída uma pontuação específica. A soma dos quatro subíndices gera o “Índice de qualidade dos processos judiciais”, que varia de 0 a 18<sup>10</sup>. O Gráfico 4.24 traz esse índice para as 11 cidades consideradas.

**Gráfico 4.24 - Índice de qualidade do processo judicial - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

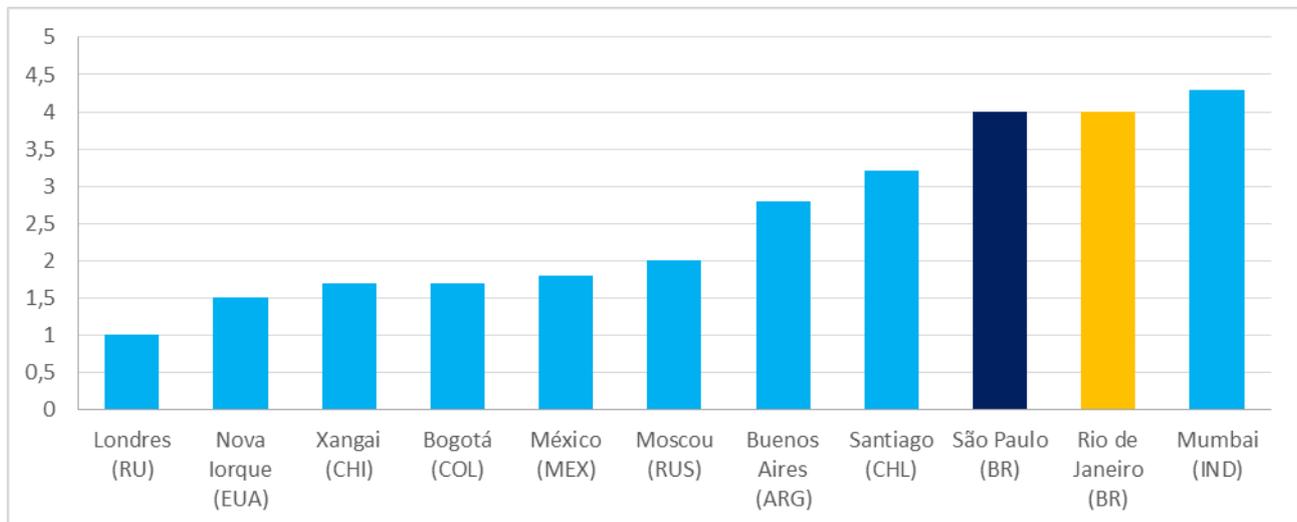
De acordo com o levantamento do Banco Mundial, o Rio de Janeiro aparece como a cidade latino americana com o melhor índice (14 pontos), seguida de São Paulo com 12,5 (a capital fluminense obteve uma pontuação de 5, valor máximo, no subitem “índice de estrutura e procedimentos de tribunais”, enquanto São Paulo obteve um 3,5 no mesmo quesito). Buenos Aires é a terceira colocada, dentre as latino americanas, com 12 pontos. Dentro do grupo das 11 consideradas neste artigo, Londres e Nova Iorque, com 15 pontos, registraram os melhores índices. Na outra ponta, Bogotá na Colômbia obteve a menor pontuação com 6,5, acompanhada por Mumbai (Índia) com 7,5 e Santiago (Chile) com 9.

(10) Para maiores detalhes sobre a construção do índice, das características cheçadas e para a pontuação atribuída a cada uma delas, consultar Enforcing Contracts Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/enforcing-contracts>)

O último grupo de variáveis considerado trata de resolução de insolvência. A pesquisa mede o tempo, o custo e os resultados dos procedimentos de insolvência que envolvem as entidades nacionais assim como a força do regime jurídico aplicável à liquidação e à reorganização de processos. Assim como em outros casos, são feitas padronizações sobre o tipo de empresa considerada, o caso de falência envolvido e as partes interessadas para que seja possível uma comparação entre as economias<sup>11</sup>.

O gráfico 4.25 traz o tempo necessário, em anos corridos, para os credores recuperarem o valor emprestado. O período medido pela pesquisa abrange desde a inadimplência da empresa até o pagamento de parte ou todo o montante devido ao banco. As possíveis táticas de atraso pelas partes tais como apelações dilatórias ou solicitações de extensões, são levadas em consideração.

**Gráfico 4.25 - Tempo de recuperação de empréstimos em casos de falências (em anos corridos) - DB2016**



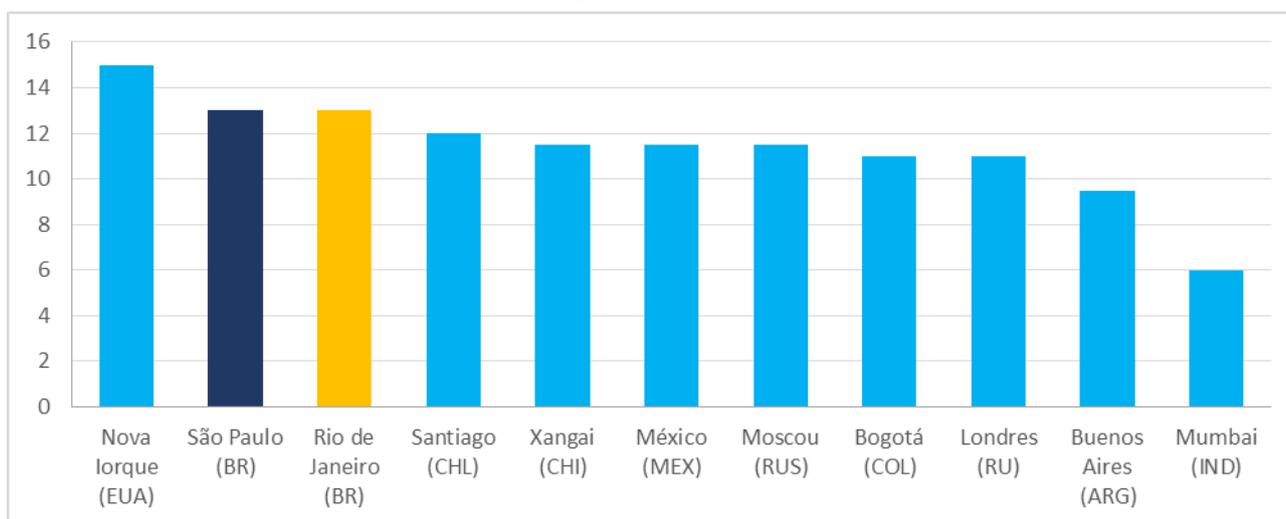
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro não se saem bem, aparecendo na antepenúltima e penúltima posição dentre as cidades consideradas, a frente apenas de Mumbai (4 anos é o prazo nas cidades brasileiras contra 4,3 anos na cidade indiana). Dentre as latino americanas, Bogotá com 1,7 ano e a Cidade do México com 1,8 ano apresentaram os melhores prazos. Londres com apenas 1 ano e Nova Iorque com 1,5 ano são as duas melhores colocadas do grupo das 11.

(11) Para maiores detalhes sobre a metodologia desse grupo de variáveis, as suposições e hipóteses adotadas, os itens considerados nas elaborações dos índices, consultar Resolving Insolvency Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/resolving-insolvency>)

Por fim, o “Índice da força do quadro de insolvência” é uma tentativa de medição do quadro geral (institucional, econômico) nessa área. O índice é a soma da pontuação de outros quatro subíndices que avaliam pontos específicos no processo, tramitação da resolução de insolvência<sup>12</sup>. O índice geral de força do quadro de insolvência, varia de 0 a 16, com valores mais elevados indicando melhor legislação para recuperar empresas viáveis e liquidar as inviáveis. O Gráfico 4.26 traz o índice das onze cidades consideradas neste artigo.

**Gráfico 4.26 - Índice da força do quadro de insolvência - DB2016**



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Como pode ser observado pelo gráfico, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram um bom desempenho, ficando com o segundo maior índice (13 pontos), atrás somente de Nova Iorque. Na sequência, Santiago, com 12 pontos, apresentou o quarto melhor índice. Londres com 11 pontos ficou entre as três piores cidades nesse quesito, seguida de Buenos Aires (9,5) e Mumbai na Índia.

(12) Para maiores detalhes sobre a metodologia desse grupo de variáveis, as suposições e hipóteses adotadas, os itens considerados nas elaborações dos índices, consultar Resolving Insolvency Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/resolving-insolvency>)

**CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E  
ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO  
PAULO:**

**Consultores Técnicos Legislativos Economistas:**  
Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno  
Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto  
Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko  
Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard  
Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.  
**Estagiária:** Bruna Leal Costa da Silva.

Contato: [cte2@camara.sp.gov.br](mailto:cte2@camara.sp.gov.br)